



APLICAÇÃO DA NOVA PAC NO OLIVAL PORTUGUÊS

08-out-14





AGENDA

- UM POUCO DE HISTÓRIA...
- PORQUÊ A REFORMA DA PAC
- A NOVA PAC EM PORTUGAL
- IMPACTOS NO SETOR DO OLIVAL

UM POUCO DE HISTÓRIA...





O INÍCIO

O Tratado de Roma (1957) previa o estabelecimento de uma política agrícola comum, com os seguintes objetivos:

- **Aumentar a produtividade** agrícola promovendo o progresso técnico e otimizando fatores de produção
- Garantir um **nível de vida equitativo** para a população agrícola
- **Estabilizar os mercados**
- Garantir a **segurança do abastecimento**
- Garantir **preços razoáveis para os consumidores**



O INÍCIO

Três princípios para o mercado comum:

- Um **mercado único agrícola** (barreiras abolidas entre os Estados membros, regras de saúde e padrões técnicos harmonizados)
- A **preferência comunitária** (produção da agricultura europeia é preferida ao de outros países)
- A **solidariedade** (despesas financeiras elaboradas a partir de um orçamento comum baseado em políticas comuns independentemente da contribuição de cada estado membro).

Dois instrumentos devem permitir responder a este objetivo: a **organização comum de mercados agrícolas** e um, ou mais, **fundos de financiamento**.



DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA PAC

Produtividade →

Competitividade →

Sustentabilidade →

Os primeiros anos	Os anos de crise	Reforma de 1992	Agenda 2000	Reforma 2003	Health Check 2008
<ul style="list-style-type: none">•Segurança Alimentar•Aumentar a produtividade•Estabilização dos mercados•Suporte aos produtos	<ul style="list-style-type: none">•Excedentes de produção•Despesa crescente•Fricção internacional•Medidas estruturais	<ul style="list-style-type: none">•Redução dos excedentes•Ambiente•Estabilização de rendimentos•Estabilização do orçamento•Pagamentos diretos•Set-aside	<ul style="list-style-type: none">•Aprofundar processo de reforma•Competitividade•Desenvolvimento Rural (2.º pilar)	<ul style="list-style-type: none">•Orientação para o mercado (desligamento)•Preocupações consumidores•Desenvolvimento Rural•Ambiente•Simplificação•Compatibilização com OMC	<ul style="list-style-type: none">•Reforçar a reforma de 2003•Novos desafios•Gestão do risco



1.º PILAR DA PAC

O primeiro pilar da PAC para a ajuda à produção e da OCM única. Este apoio é organizada hoje em vários níveis:

- Direitos ao pagamento único (RPU): ajuda desligada, calculada na base de certos referências históricas (por hectare).
- Ajudas por hectare ou por cabeça de gado para os produtores, para compensar a queda dos preços agrícolas no sentido de preços mundiais.
- O regime de quotas: vinha (1962), açúcar (1968), leite (1984), pousio (1992), ...

As ajudas diretas estão condicionadas ao cumprimento das boas condições agrícolas e ambientais (BPA). Esta é a regra da condicionalidade

O orçamento para o primeiro pilar é totalmente financiado por fundos europeus: Fundo Europeu de Garantia Agrícola e do FEAGA.



2.º PILAR DA PAC

O segundo pilar diz respeito ao apoio ao desenvolvimento rural e ao meio ambiente:

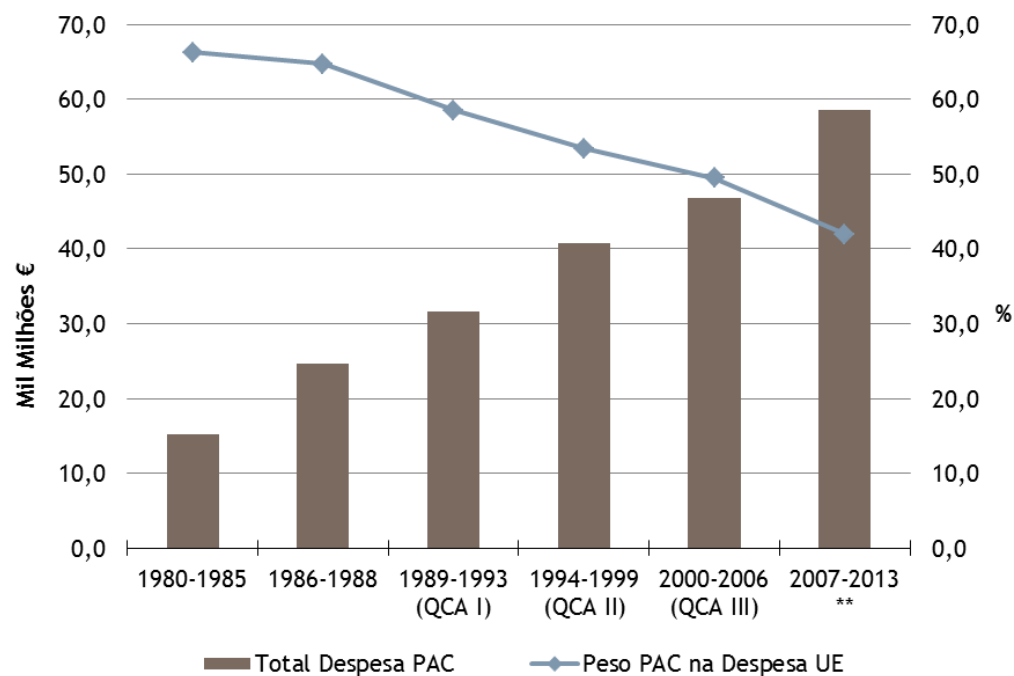
- Medidas agroambientais
- Apoio a zonas favorecidas (indeminizações compensatórias)
- Melhoria da transformação e comercialização de produtos agrícolas,
- Ajuda a instalação de jovens agricultores
- Investimento em explorações agrícolas e florestais
- Capacitação e inovação, ...

Estas medidas estão divididas em quatro temas : Competitividade (eixo 1), Meio Ambiente e gestão do espaço (eixo 2), a diversificação da economia e a qualidade de vida (eixo 3) abordagem LEADER integrando as três temáticas dos outros eixos (4).

O segundo pilar é financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), e por financiamento nacional (co-financiamento)



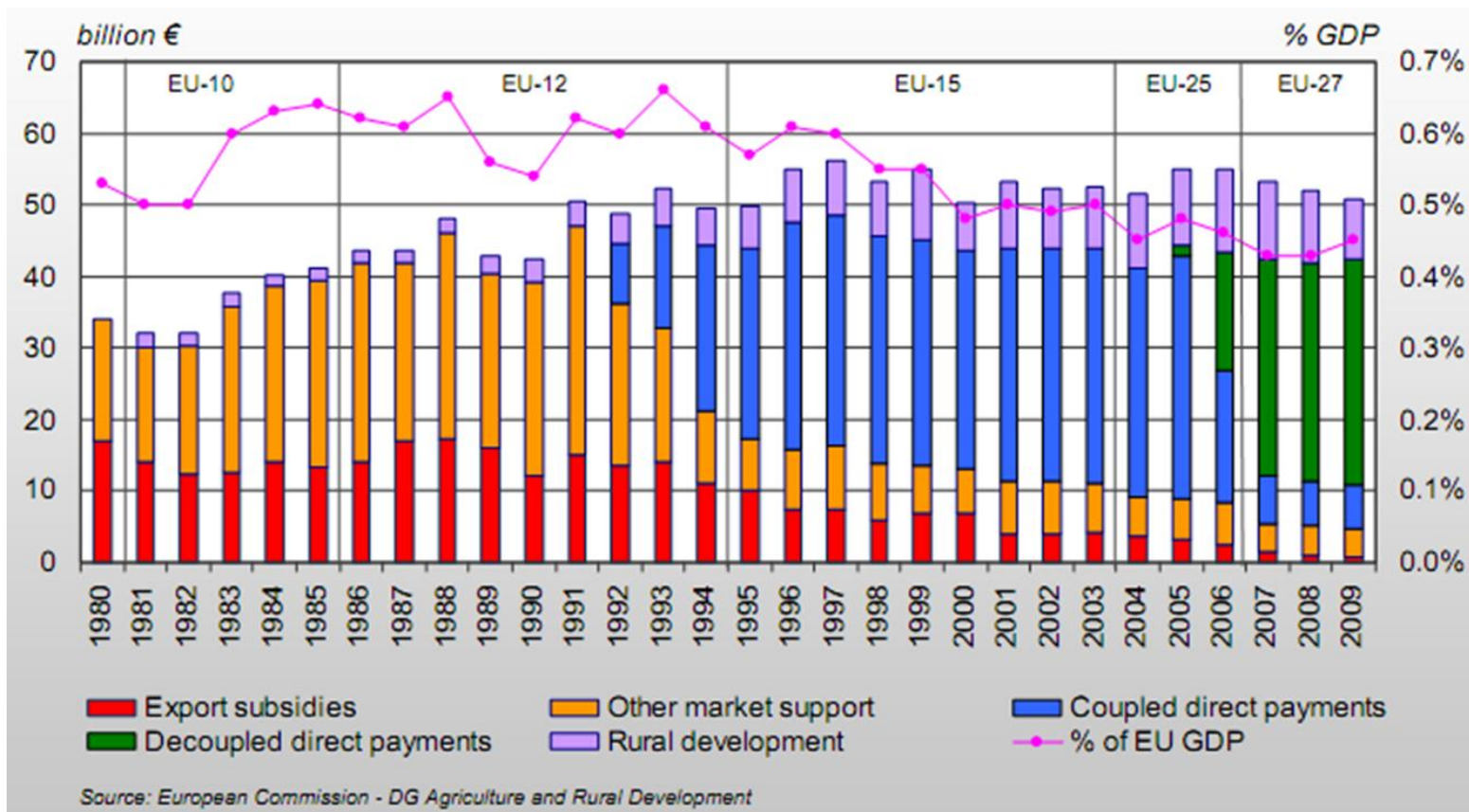
DESPESAS DA PAC



** Dotação total programada

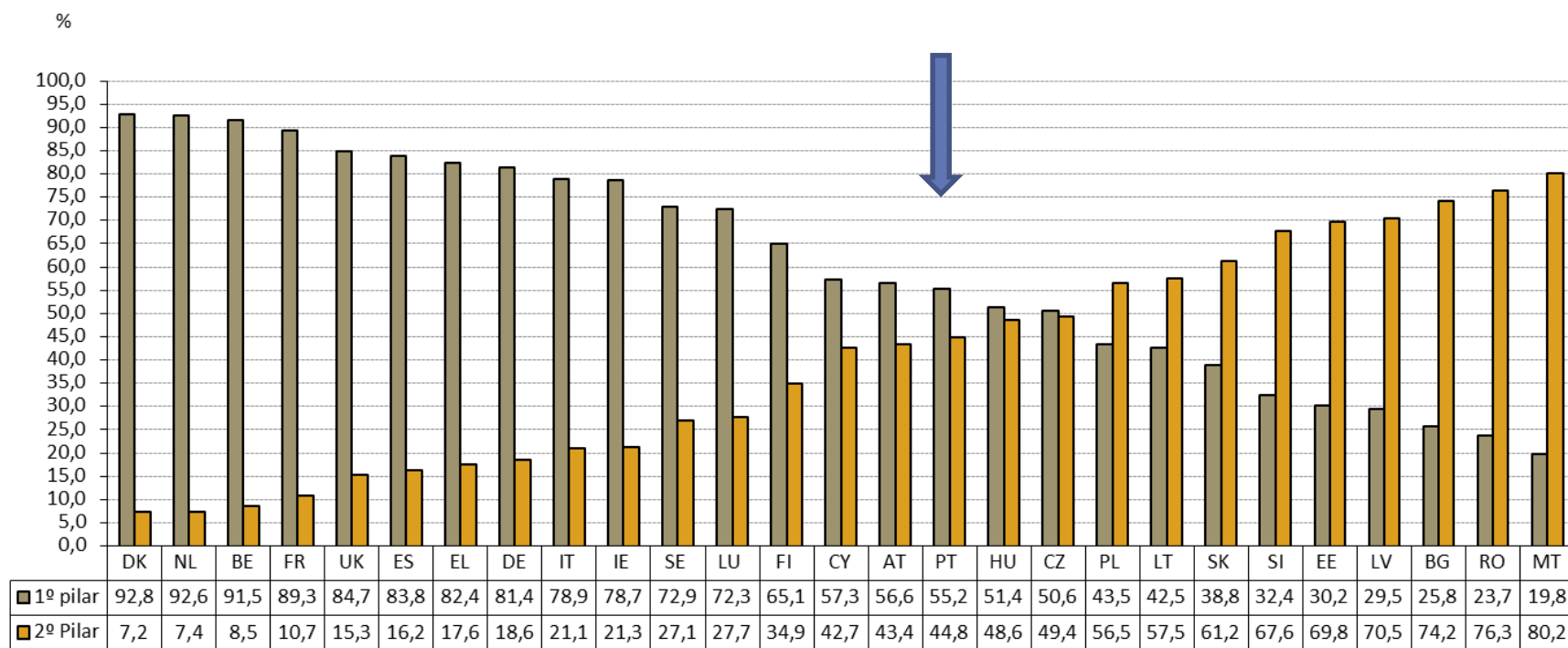


CUSTO DA PAC





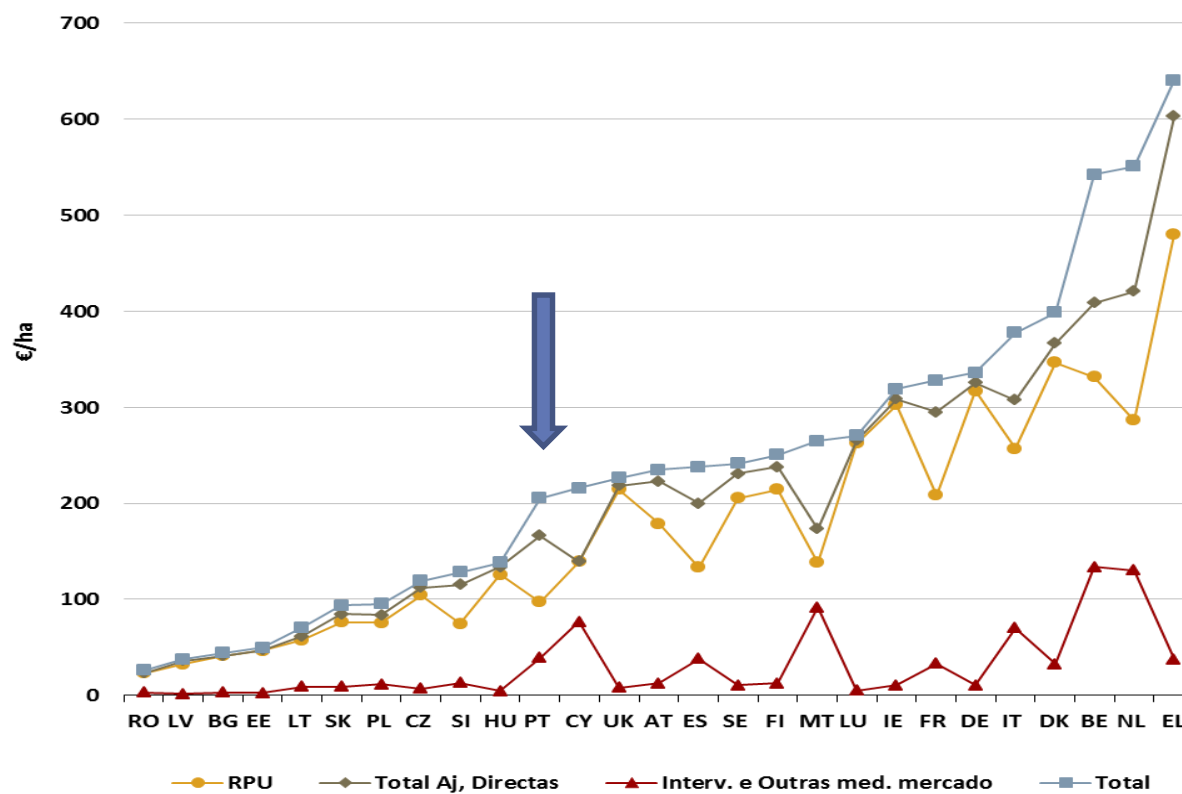
REPARTIÇÃO DA DESPESA PAC POR PILARES E EM



* Média pagamentos directos e aj.mercado no 1º Pilar e média dotação indicativa 2007-2013 no 2º Pilar



DOTAÇÃO 1.º PILAR / HA SAU





IMPACTOS DA PAC EM PORTUGAL

Importância do Complexo Agroflorestal no PIB (%)

	2000	2007	2008	2009	2010P ²	2011E ²
<i>Preços base</i>						
Agricultura ²	2,5	1,7	1,6	1,6	1,6	1,4
Ind. Alimentares, Bebidas e Tabaco ²	2,1	1,9	2,0	2,1	2,1	2,2
Silvicultura ²	0,8	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4
Ind. Florestais ²	2,2	1,7	1,5	1,3	1,3	1,4
Complexo Agro-Florestal ²	7,5	5,7	5,5	5,5	5,5	5,4
<i>Custo de factores</i>						
Agricultura ²	2,7	2,1	2,2	2,0	nd	nd
Complexo Agro-Florestal ²	7,7	6,2	6,0	5,8	nd	nd



IMPACTOS DA PAC EM PORTUGAL

Produção, Emprego e Produtividade Agrícolas

	2000	2007	2008	2009	2010p	2011e	TCMA	Taxa variação
	2000-2011							
PRODUÇÃOpm								
Preços correntes	100,0	104,2	109,3	102,6	105,5	104,2	0,4	4,2
Preços constantes 2006	100,0	99,8	102,4	101,3	99,4	98,5	-0,1	-1,5
VABpm								
Preços correntes	100,0	83,3	84,0	80,3	79,9	68,9	-3,3	-31,1
Preços constantes 2006	100,0	93,5	97,6	97,1	94,3	96,5	-0,3	-3,5
Emprego (UTA)	100,0	83,8	82,5	81,5	77,1	73,9	-2,7	-26,1
Produtividade	100,0	111,6	118,3	119,2	122,2	130,5	2,5	30,5



IMPACTOS DA PAC EM PORTUGAL

	2011 (M€)
COMPLEXO AGRO-ALIMENTAR	
Importações	8.806
Exportações	4.606
Saldo Comercial	-4.200
COMPLEXO FLORESTAL	
Importações	1.967
Exportações	4.352
Saldo Comercial	2.385
COMPLEXO AGRO-FLORESTAL	
Importações	10.773
Exportações	8.959
Saldo Comercial	-1.814
TOTAL DA ECONOMIA (Bens)	
Importações	56.943
Exportações	44.697
Saldo Comercial	-12.246

PORQUÊ A REFORMA DA PAC





PORQUE É PRECISO MUDAR?

DESAFIOS ECONÓMICOS

- Segurança Alimentar
- Volatilidade dos preços
- Crise mundial
- Equidade

DESAFIOS AMBIENTAIS

- Emissões de GEE
- Conservação do solo
- Qualidade da água e do ar
- Biodiversidade

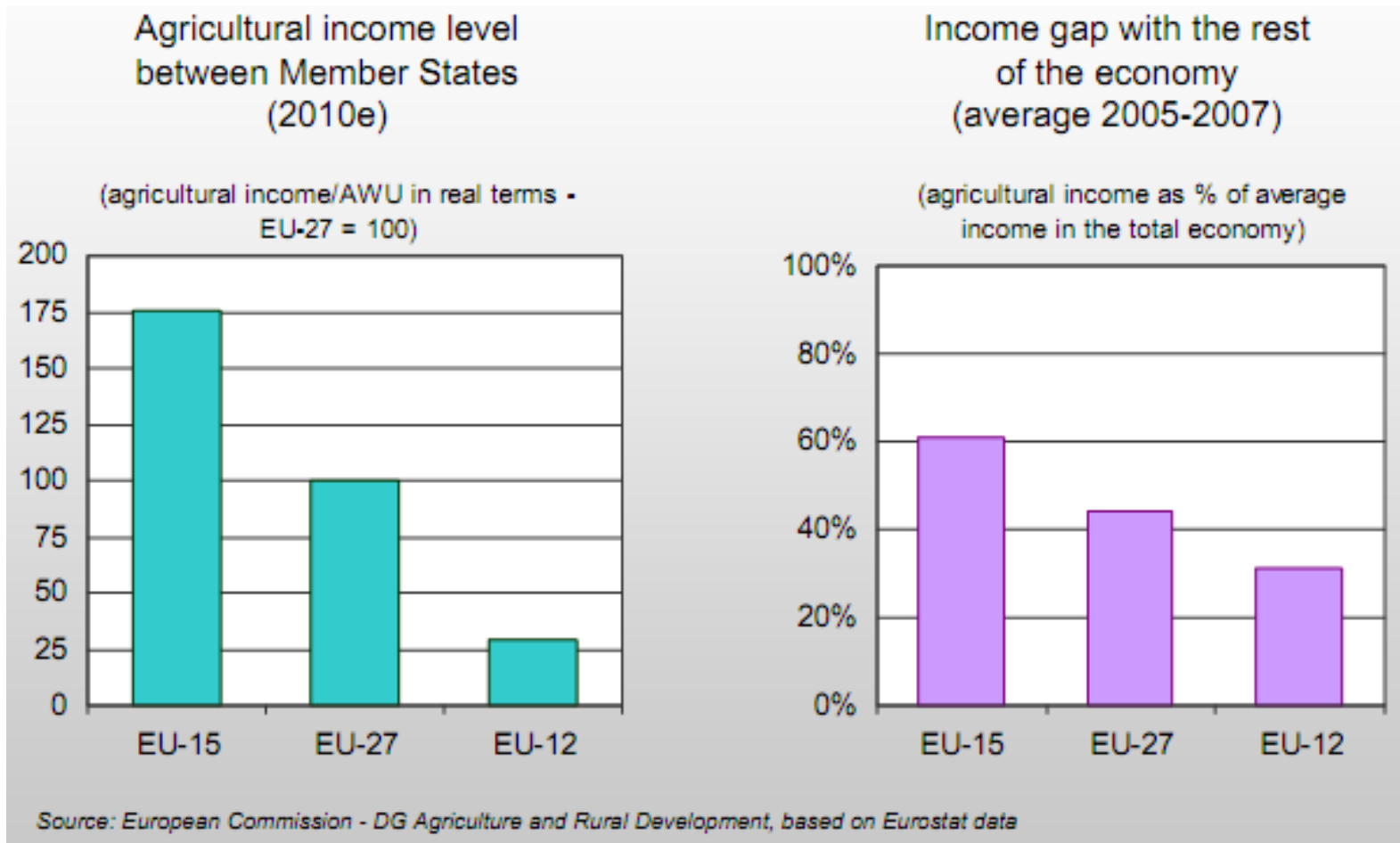
DESAFIOS TERRITORIAIS

- Revitalizar as zonas rurais
- Diversificação da agricultura europeia



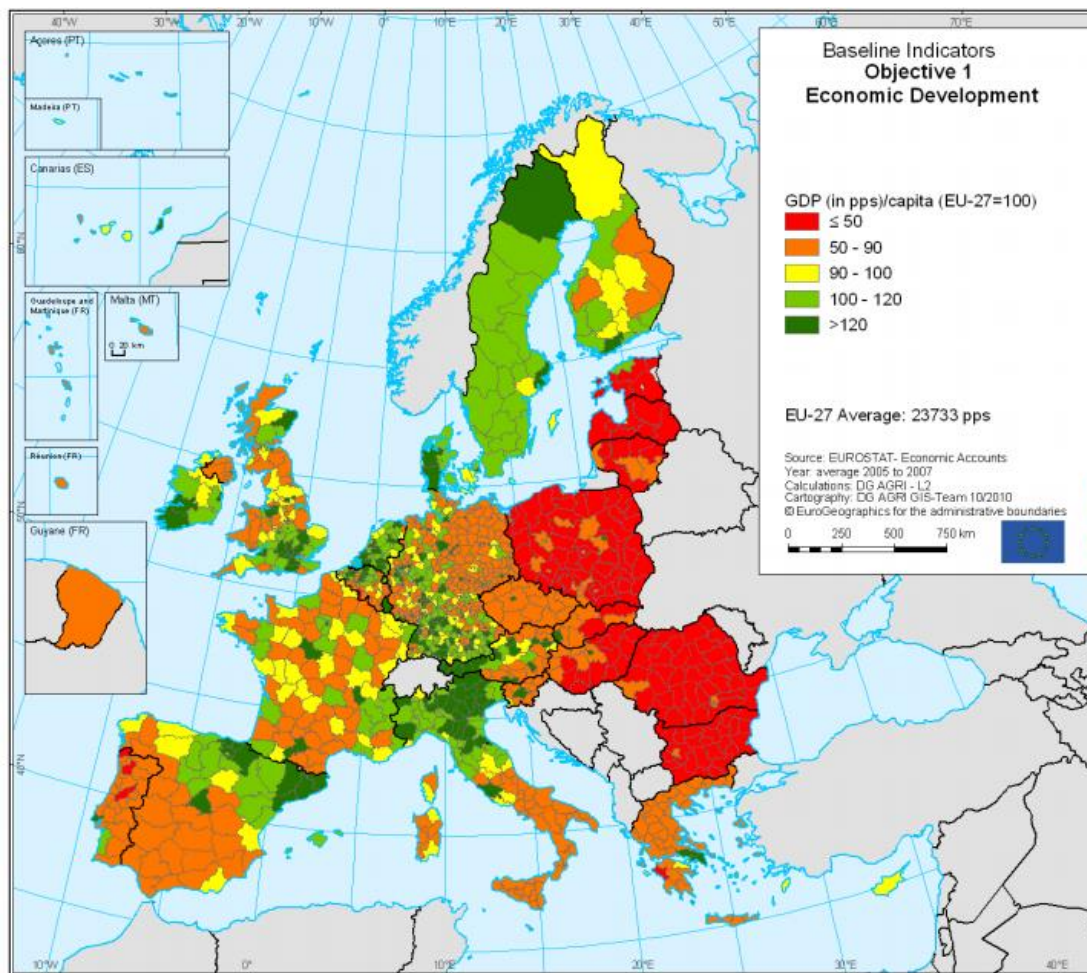
DESAFIOS ECONÓMICOS - EQUIDADE

DIFERENTES “VELOCIDADES” ENTRE OS ESTADOS MEMBROS





DESAFIOS ECONÓMICOS - PIB PER CAPITA

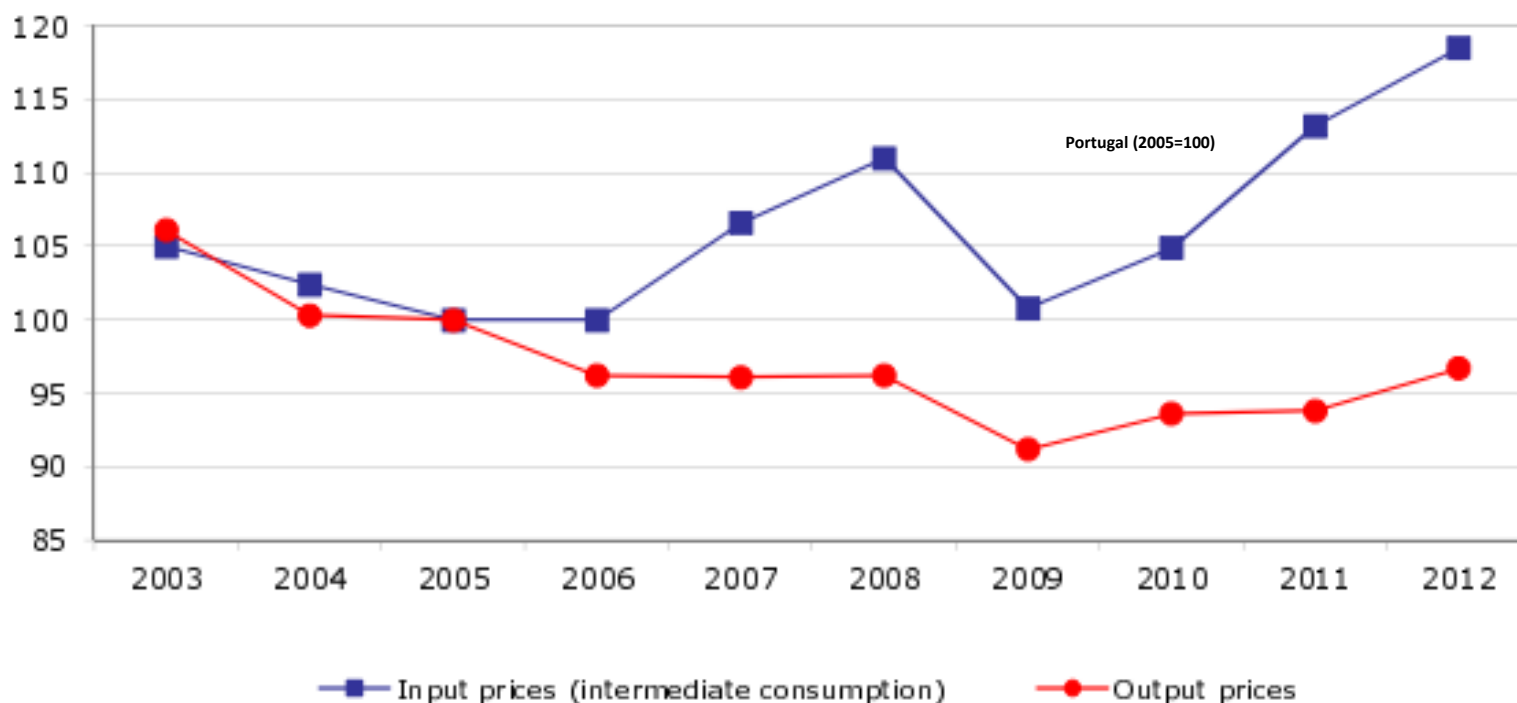


Source: DG AGRI – Rural Development in the European Union, Report 2010



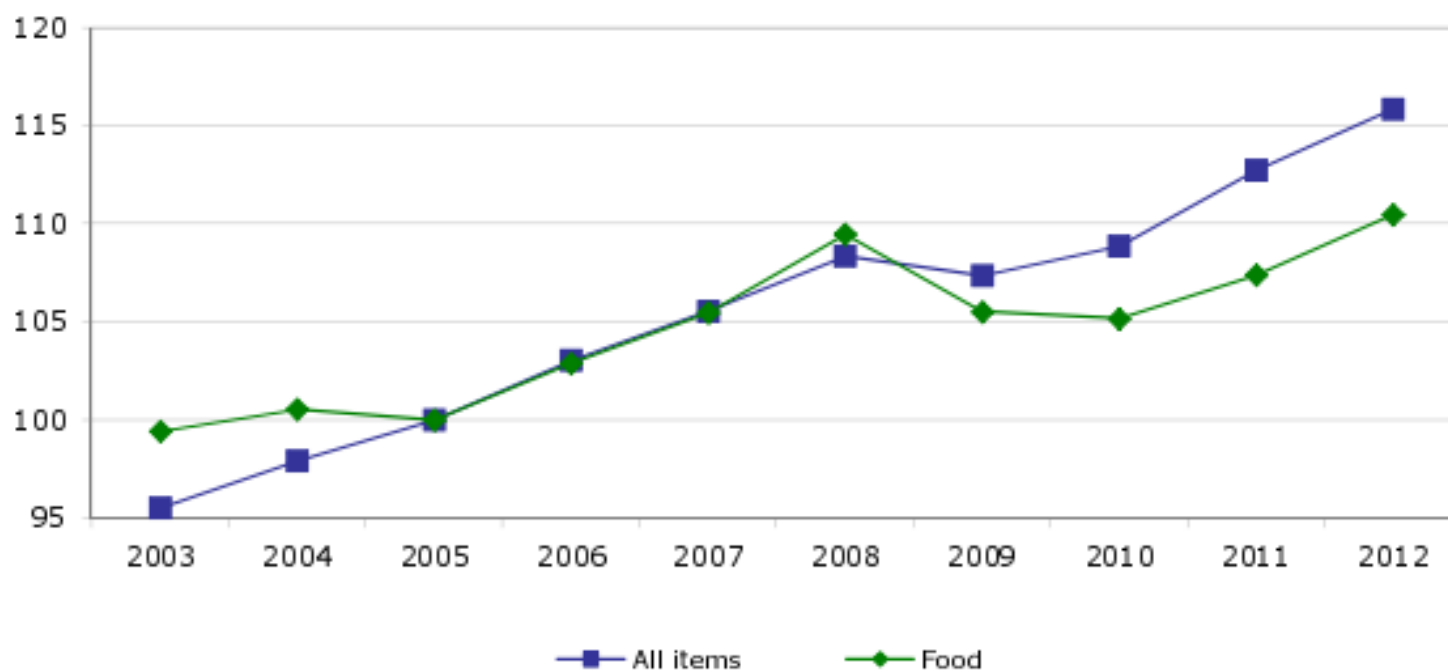
DESAFIOS ECONÓMICOS - VOLATILIDADE DOS PREÇOS / CRISE MUNDIAL

EVOLUÇÃO RECENTE DO CUSTO DAS MATÉRIAS-PRIMAS





PORTUGAL - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS



Source: Eurostat. Updated: May 2013.



PORTUGAL - CONSUMOS INTERMÉDIOS

Input components	2010	2011	2012e	2011/10	2012e/11
	Million EUR			% change	
Seeds and planting stock	146.7	110.7	110.1	-24.5	-0.5
Energy	406.8	437.3	459.9	7.5	5.2
Fertilisers and soil improvers	150.1	200.9	217.4	33.9	8.2
Plant protection products	122.5	127.6	116.2	4.1	-8.9
Veterinary expenses	26.8	29.0	28.9	8.2	-0.4
Feedingstuffs	2 010.9	2 151.1	2 202.6	7.0	2.4
Maintenance of materials	99.7	104.3	104.9	4.7	0.6
Maintenance of buildings	125.2	109.0	113.3	-12.9	3.9
Agricultural services	192.5	180.3	177.2	-6.3	-1.7
Other goods and services	586.6	640.6	626.5	9.2	-2.2
Total intermediate consumption	3 907.5	4 146.8	4 216.9	6.1	1.7
Fixed capital consumption	714.9	673.0	672.5	-5.9	-0.1

Source: Eurostat, Economic Accounts for Agriculture (values at current basic prices). Updated : March 2013.



PORTUGAL - RENDIMENTO AGRÍCOLA

Values at basic prices	2010	2011	2012e	2011/10	2012e/11
	Million EUR			% change	
Output of the agricultural "industry":	6 288.2	6 298.4	6 343.1	0.2	0.7
Crop output	3 388.0	3 277.6	3 243.2	-3.3	-1.0
Animal output:	2 587.9	2 718.2	2 798.2	5.0	2.9
<i>Animals</i>	1 769.1	1 858.1	1 863.9	5.0	0.3
<i>Animal products</i>	818.8	860.0	934.3	5.0	8.6
Agricultural services	193.0	191.4	188.1	-0.8	-1.7
Secondary activities	119.3	111.2	113.6	-6.8	2.1
- Intermediate consumption	3 907.5	4 146.8	4 216.9	6.1	1.7
= Gross value added at basic prices	2 380.7	2 151.6	2 126.2	-9.6	-1.2
- Consumption of fixed capital	714.9	673.0	672.5	-5.9	-0.1
- Taxes	16.8	17.7	17.7	5.4	0.1
+ Subsidies	727.2	628.8	820.9	-13.5	30.6
= Factor income	2 376.2	2 089.7	2 256.9	-12.1	8.0

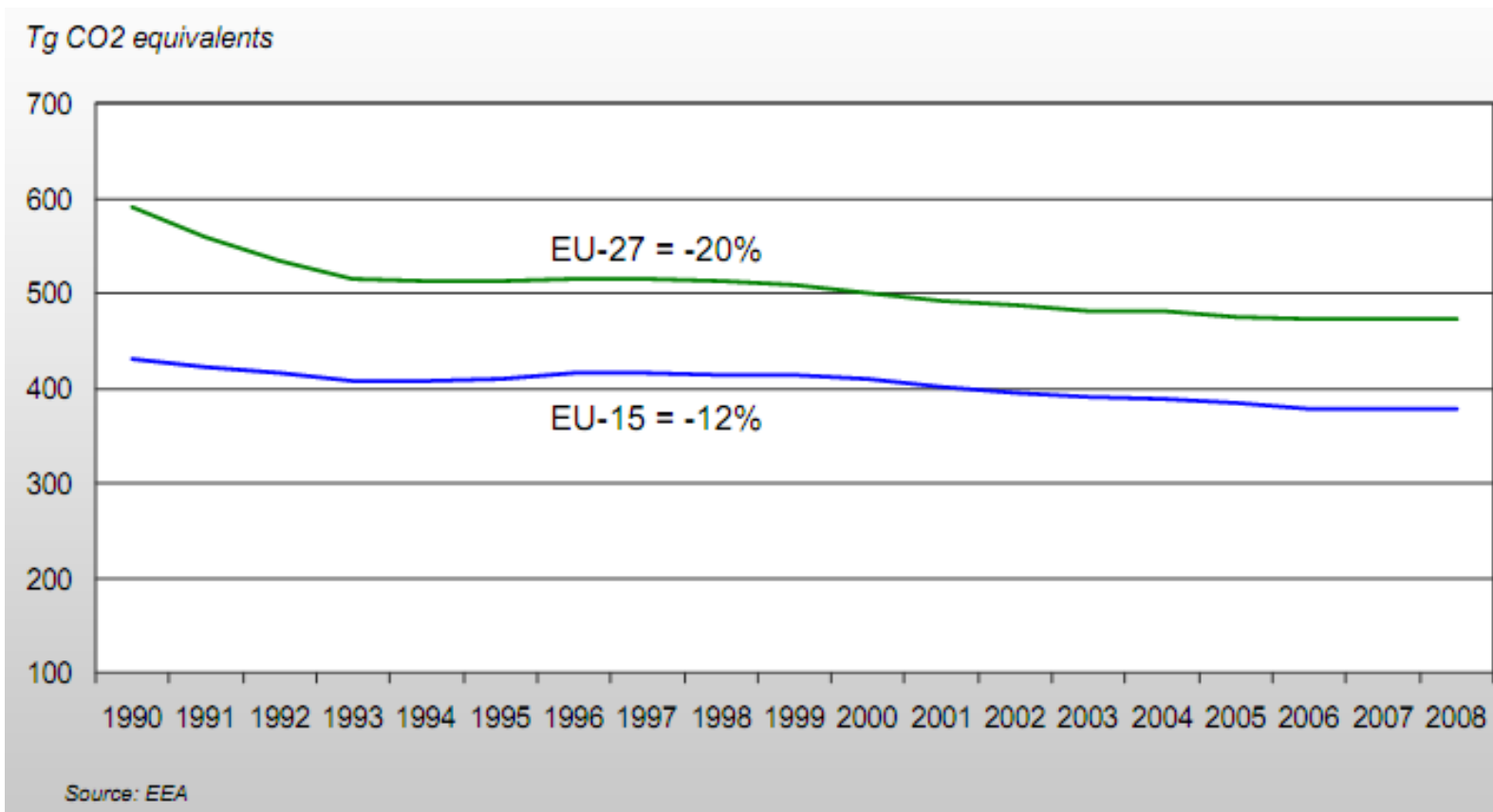
Agricultural income* (2005=100)	96.6	92.4	101.1	-4.3	9.4
--	-------------	-------------	--------------	-------------	------------

Source: Eurostat, Economic Accounts for Agriculture (values at current basic prices; constant prices for *Indicator A - see definition on page 9). Updated: March 2013.



DESAFIOS AMBIENTAIS - GEE

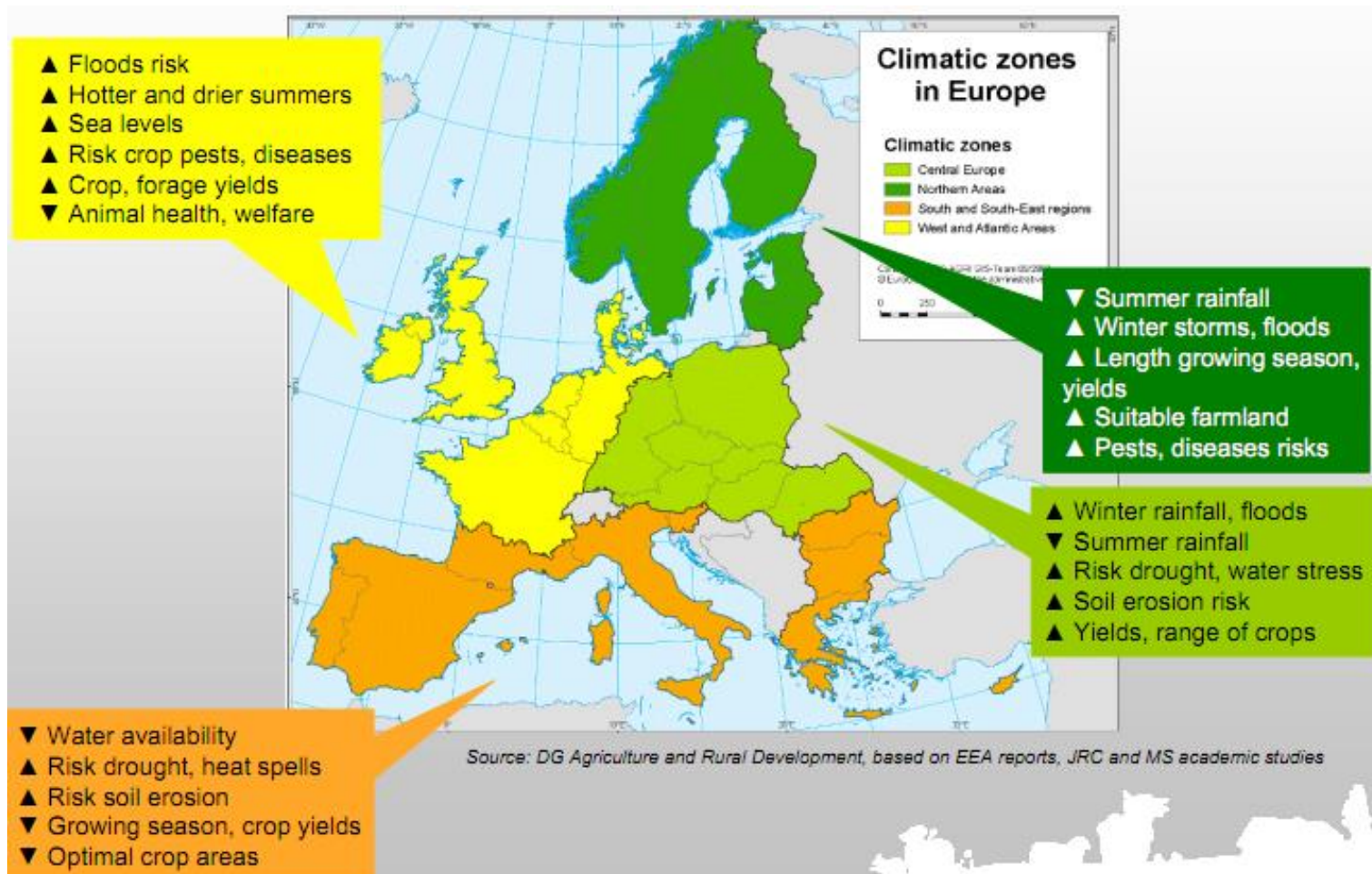
EVOLUÇÃO DAS EMISSÕES DE GEE ASSOCIADOS À AGRICULTURA





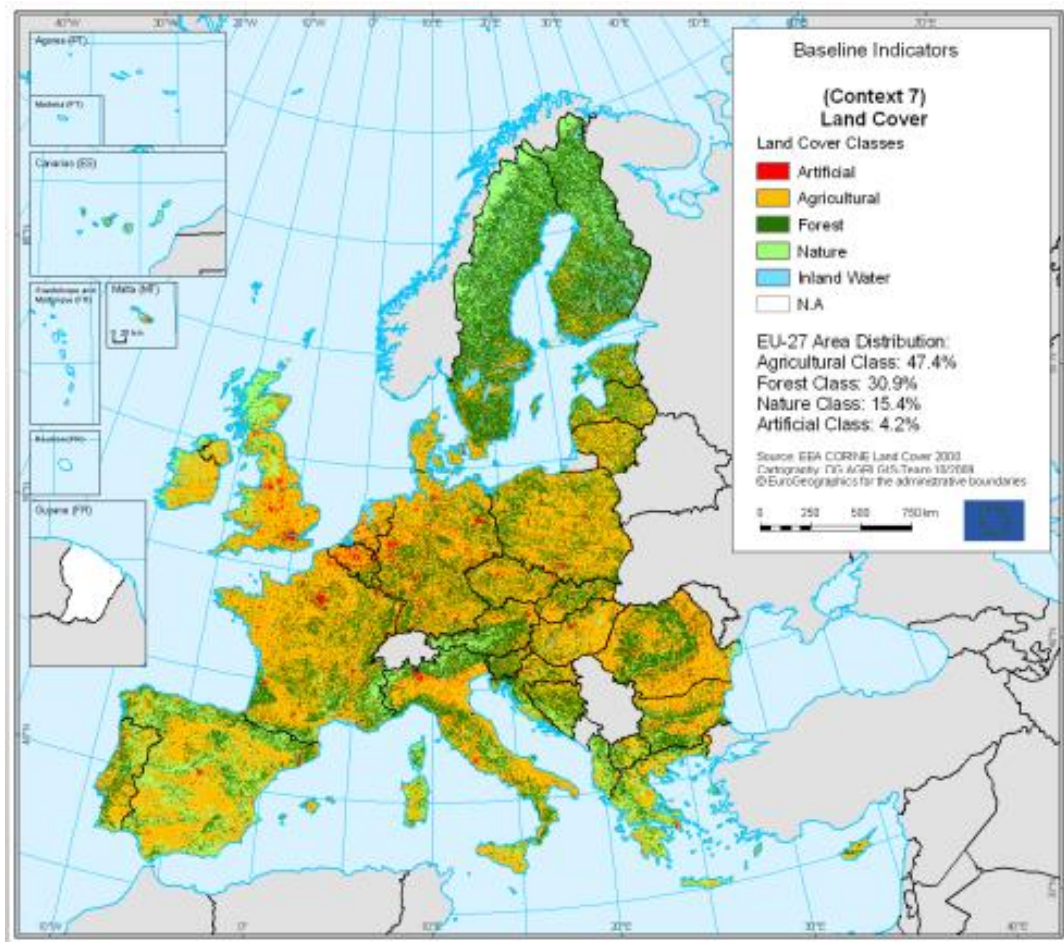
DESAFIOS AMBIENTAIS - IMPACTOS

IMPACTOS POSSÍVEIS NA AGRICULTURA





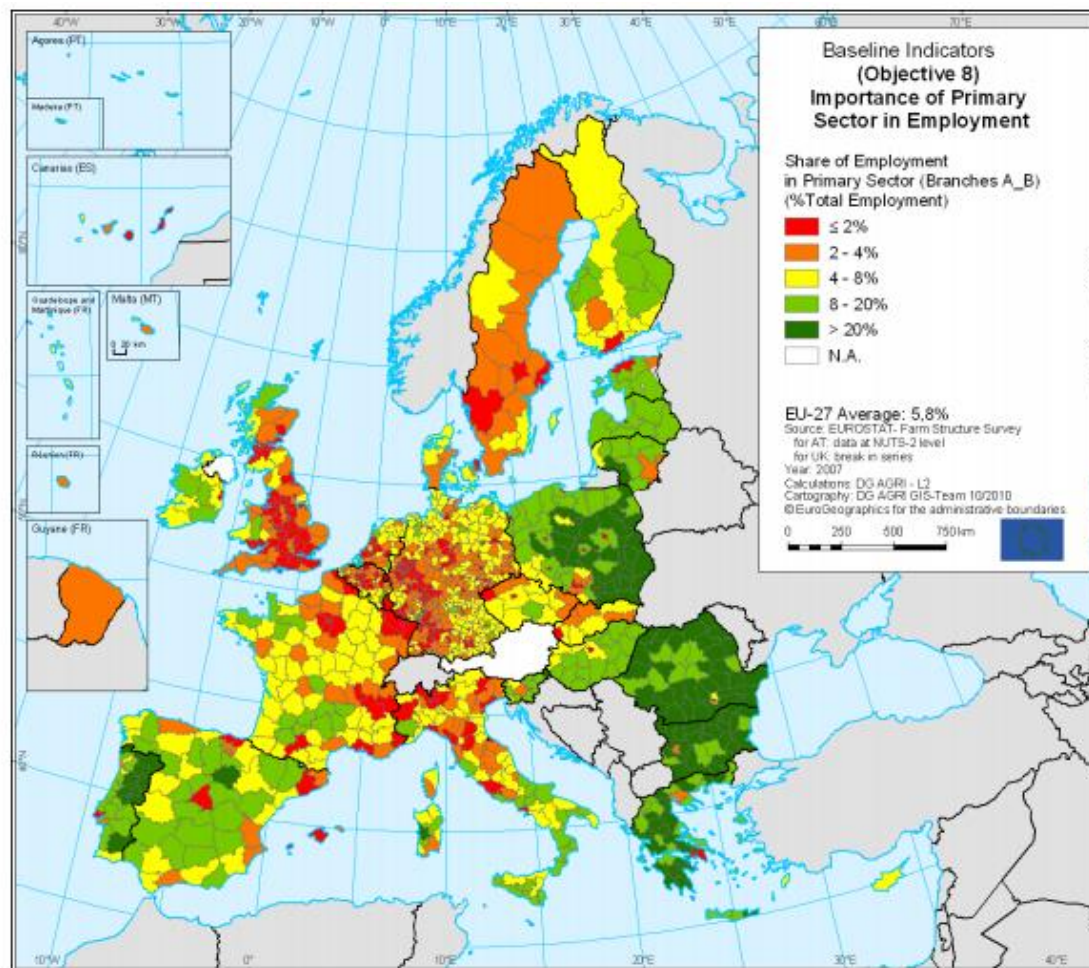
DESAFIOS TERRITORIAIS - IMPORTÂNCIA



- 13,7 M de explorações (70% com menos de 5 ha)
- O setor agroalimentar emprega 17,5 M de pessoas (7,7% do total do emprego na UE)



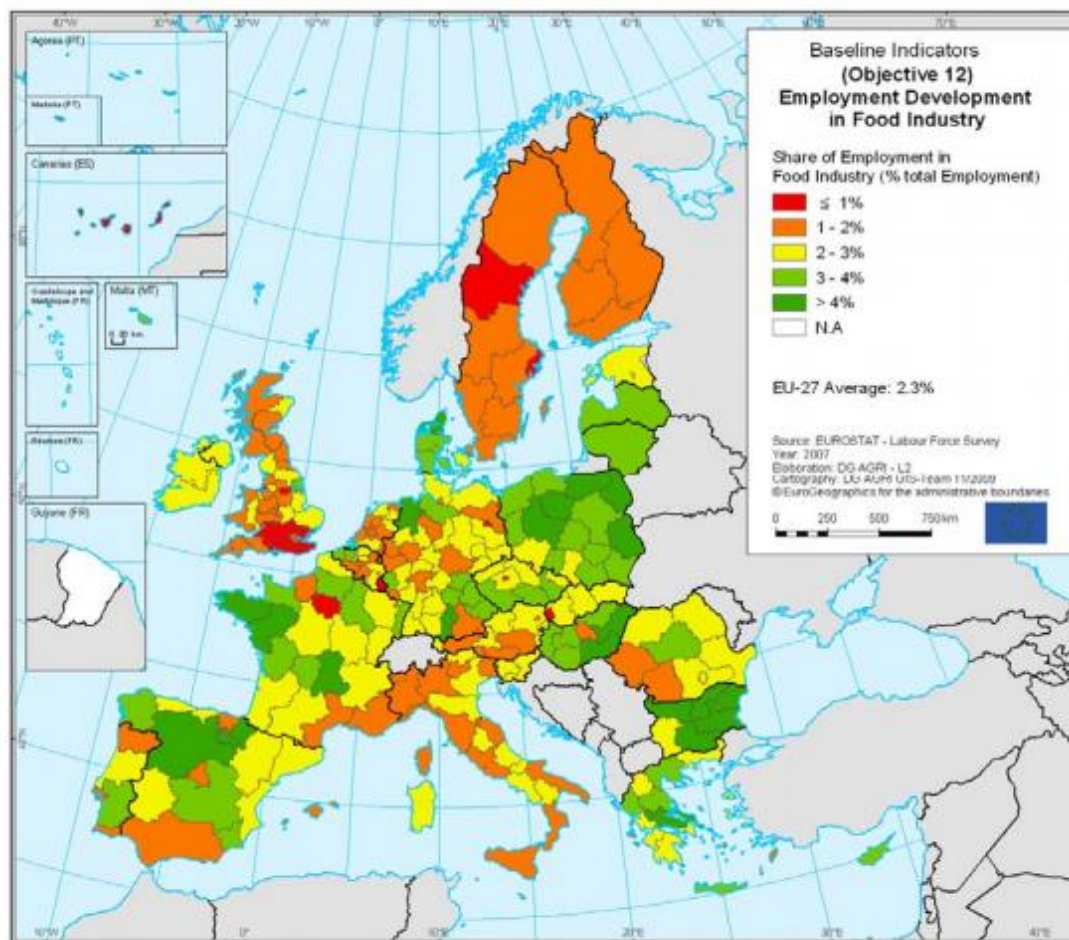
DESAFIOS TERRITORIAIS - IMPORTÂNCIA DO SETOR PRIMÁRIO NO EMPREGO



Source: DG AGRI – Rural Development in the European Union, Report 2010



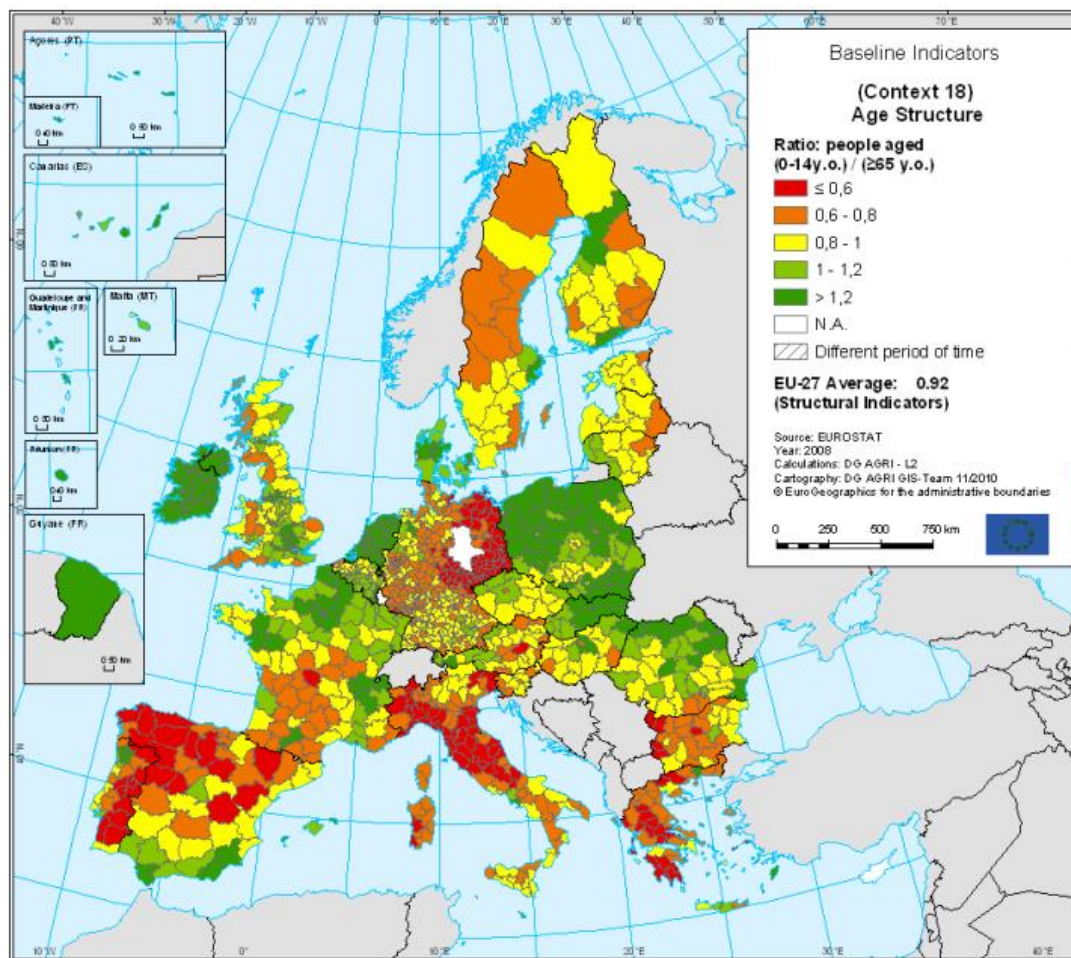
DESAFIOS TERRITORIAIS - IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA AGROALIMENTAR NO EMPREGO



Source: DG AGRI – Rural Development in the European Union, Report 2009



DESAFIOS TERRITORIAIS - ESTRUTURA ETÁRIA



Source: DG AGRI – Rural Development in the European Union, Report 2010

A NOVA PAC EM PORTUGAL





OBJETIVOS NACIONAIS

Aumento do valor acrescentado do sector agroflorestal e equilíbrio da balança comercial

Gestão eficiente e proteção dos recursos

Dinamização económica e social do espaço rural

Aumentar a capacidade de inovação e transferência de conhecimento para o sector agroflorestal

Melhoria do nível de capacitação e de aconselhamento dos produtores agrícolas e florestais, nomeadamente na gestão eficiente dos recursos

Aumentar a concentração da oferta



ENVELOPE FINANCEIRO

Dezembro 2013

- Acordo regulamentação base PAC no CONS e PE

Mai 2014

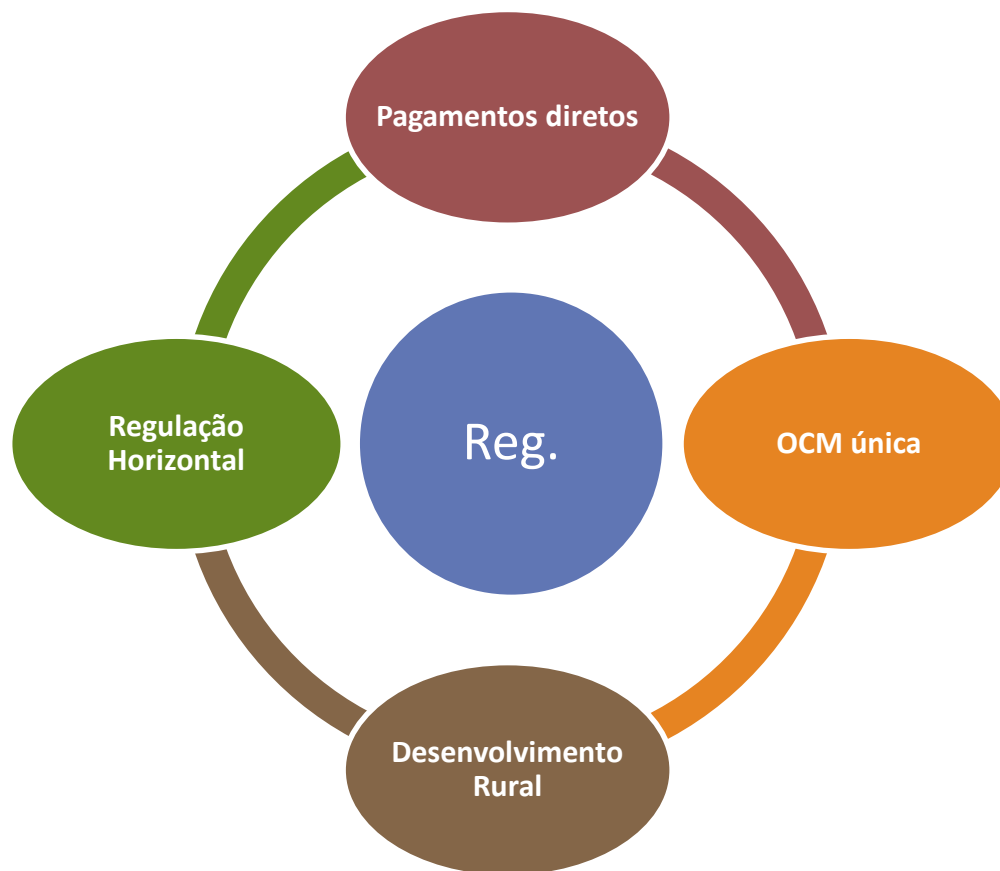
- Submissão do PDR2020 à CE
- Regulamentação de execução aguarda publicação

**Envelope financeiro
Portugal 2014-2020**

- **Pagamentos Diretos:** 4 438 milhões €
- **Desenvolvimento Rural:** 4 057,8 milhões €
 - Continente: 3 583,1 milhões €
 - R.A. Açores: 295,3 milhões €
 - R.A. Madeira: 178,5 milhões €



REGULAMENTOS ALTERADOS





1.º PILAR



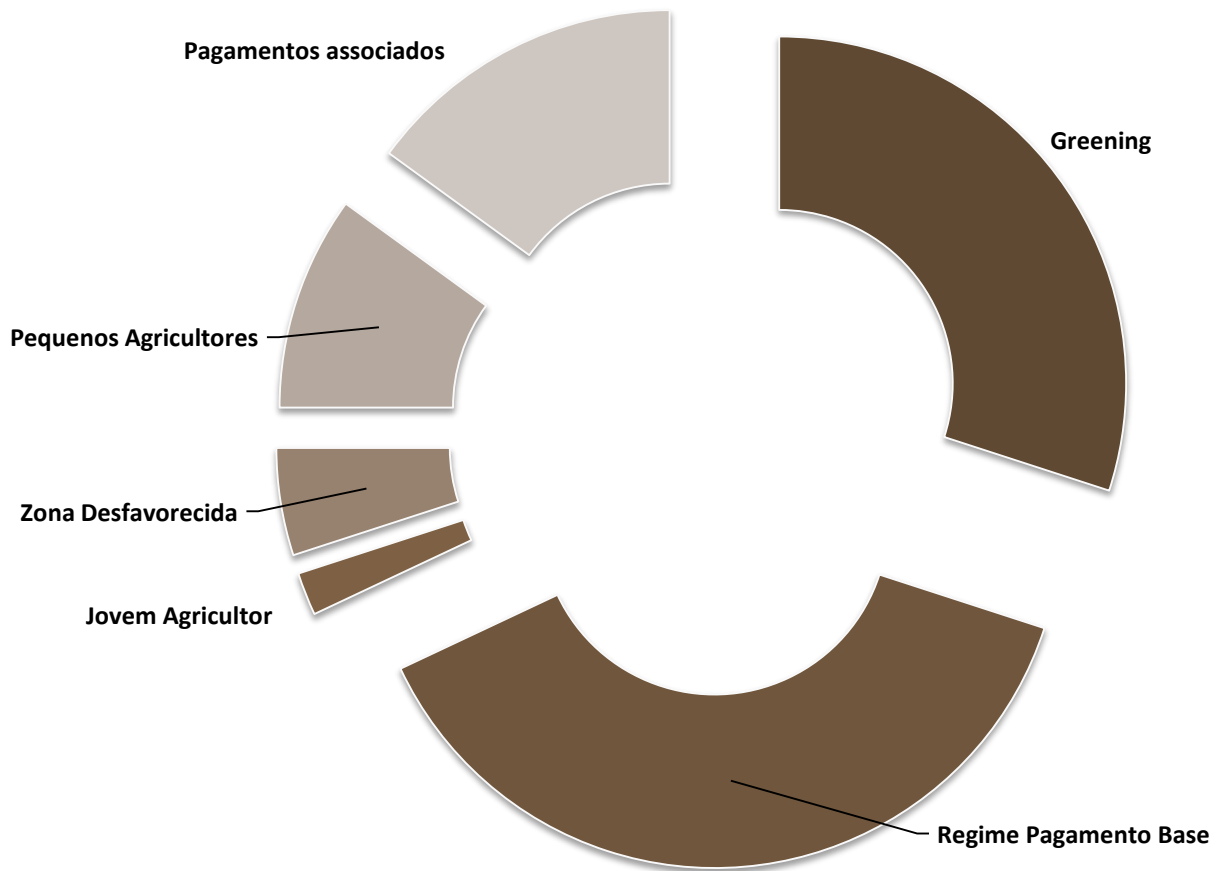


ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

- Melhoria da rede de segurança através do reforço dos mecanismos de intervenção;
- Manutenção de regimes específicos de apoio setores hortofrutícola, vitivinícola e apícola;
- Manutenção atual regime direitos plantaço Vinha até final 2015 - Aplicação a partir de 2016 de um novo regime de autorizações de plantaço até 2030 (possibilidade de aplicação progressiva até 2020);
- Manutenção das quotas açúcar (beterraba) até 2017 sem realocação de quota para PT;
- Reforçado o papel das Organizações Produtores e Organizações Interprofissionais para a totalidade dos setores abrangidos pela OCM Única e possibilidade de extensão de regras a não sócios;
- Alargada a todos os setores a possibilidade do EM estabelecer contratos obrigatórios para toda a cadeia alimentar, e negociações contratuais para carne de bovino, azeite e culturas arvenses;
- Restituições à exportação fixadas a ZERO, com a possibilidade de utilização apenas em caso excecional.



PAGAMENTOS DIRETOS





PAGAMENTOS DIRETOS

Apoios ligados [20%]

Apoio aos agricultores
nas ZD Naturais

Jovens Agricultores [2%]

Pagamento *Greening* [30%]

Pagamento Redistributivo

Pagamento Base [48% dos quais 2% reserva nacional]

Regime
pequena
agricultura

Nas Regiões Autónomas
mantem-se a aplicação do
atual regime POSEI



ACESSO AO REGIME



As receitas agrícolas obtidas representam pelo menos 1/3 do total de receitas do beneficiário no exercício fiscal mais recente

A atividade agrícola deve constar do registo comercial ou documento oficial

Serão excluídos os beneficiários que só recebam ajudas diretas superiores a 5.000€



ACESSO AO REGIME

- Exigências para que as superfícies agrícolas possam ser consideradas em estado adequado para o cultivo ou pastoreio.
- Exigências suplementares para o encabeçamento mínimo e o pousio.
- Aumento do limiar mínimo de área para a concessão de pagamentos diretos para 0,5 hectares, com exceção das explorações que recebam montante mínimo de 100 € relativo a ajudas ligadas ao setor pecuário.



REGIME DE PAGAMENTO BASE

- Aplicação de modelo de convergência parcial, com aproximação a 1/3 de 90% da média nacional a atingir gradualmente até 2019 e com uma limitação de 30% das perdas de pagamento base face ao valor unitário inicial
- Na primeira atribuição de direitos de pagamento base o n.º de direitos a atribuir deve ser o menor n.º de hectares elegíveis declarados pelo agricultor em 2013 ou 2015.
- Por opção nacional, têm ainda acesso os agricultores que tenham obtido direitos de pagamento único em 2014 a partir da reserva nacional de RPU ou que, nunca tendo tido direitos de RPU, tenham entregue Pedido Único em 2013.
- Estabelecimento de 2% do envelope de Pagamento Base (PB) de 2015 para constituição da Reserva nacional de PB de acordo com critérios de competência e formação para os novos agricultores.
- Redução de 5% à componente que excede 150 000 € de pagamentos a título do Regime de Pagamento Base.



GREENING

- Além do pagamento ao abrigo do RPB, cada exploração receberá um pagamento por hectare a título de determinadas práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente.
- Os EM utilizarão obrigatoriamente 30% das dotações nacionais para este fim
- As zonas de produção em MPB devem ser consideradas como cumprindo as condições para receberem este pagamento
- As três medidas básicas previstas são:
 - Manutenção dos prados permanentes;
 - Diversificação de culturas (um agricultor tem de praticar, pelo menos, 2 culturas, se >10 ha e, pelo menos, 3 culturas, se >30 ha. A cultura principal pode cobrir, no máximo, 75% das terras aráveis, e as duas culturas principais 95%, no máximo, dessas terras);
 - Manutenção de uma «superfície de interesse ecológico» de, pelo menos, 5% da superfície arável exploração na maior parte das explorações com uma superfície superior a 15 ha, ou seja, bordaduras, sebes, árvores, terras em pousio, características paisagísticas, biótopos, faixas de proteção e superfícies florestadas. Este valor pode aumentar para 7% em 2017, após a apresentação, pela Comissão, de um relatório e de uma proposta legislativa.



JOVENS AGRICULTORES

- Para incentivar a renovação geracional, o pagamento de base concedido a novos «jovens agricultores» (até 40 anos de idade, inclusive) deve ser complementado por um pagamento suplementar durante 5 anos, no máximo, a contar da primeira instalação.
- Esta medida acresce a outras, disponíveis para os jovens agricultores no âmbito de programas de desenvolvimento rural.
- Definição do número de direitos a majorar no máximo regulamentar de 90 direitos
- Montante unitário: 25% do montante médio nacional de 2019



PEQUENOS AGRICULTORES

- Cerca de um terço das explorações que se candidatam ao financiamento da PAC têm uma superfície de 3 ha ou inferior, não representando, no entanto, mais do que 3% da superfície agrícola total da UE-27.
- Simplificação enorme para os agricultores interessados e para as administrações nacionais. Os participantes não estarão sujeitos a controlos de condicionalidade nem a sanções, e estarão isentos da “greening”.
- Aplicação do regime da pequena agricultura, estabelecendo um valor uniforme de 500 € por exploração.



APOIO ASSOCIADO

- A fim de manter os atuais níveis de produção nos setores ou regiões em que determinados tipos de agricultura ou setores enfrentam dificuldades e são importantes por razões económicas e/ou sociais e/ou ambientais, os EM poderão conceder pagamentos «associados» limitados, isto é, ligados a um produto específico.
- 19,6% do pacote para apoios aos setores:
 - Vacas em aleitamento
 - Ovinos e caprinos
 - Leite
 - Arroz
 - Tomate



DADOS BASE NACIONAIS

	Estimativa valores unitários Pagamentos Diretos				
	2015	2016	2017	2018	2019
Envelope Financeiro Nacional (Pagamentos Diretos)	565 816 000,00 €	573 954 000,00 €	582 057 000,00 €	590 706 000,00 €	599 355 000,00 €
Superfície Elegível TOTAL estimada	3 086 132 ha	3 086 132 ha	3 086 132 ha	3 086 132 ha	3 086 132 ha
Total (€/ha)	183,34 €	185,98 €	188,60 €	191,41 €	194,21 €
Greening - Pagamento verde (PV) (%)	30,0%	30,0%	30,0%	30,0%	30,0%
Greening - Pagamento verde (PV) (€)	169 744 800,00 €	172 186 200,00 €	174 617 100,00 €	177 211 800,00 €	179 806 500,00 €
Apoio Jovens Agricultores (APA) (%)	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
Apoio Jovens Agricultores (APA) (€)	11 316 320,00 €	11 479 080,00 €	11 641 140,00 €	11 814 120,00 €	11 987 100,00 €
Pagamentos Ligados (PLP) (%)	19,7%	19,7%	19,7%	19,7%	19,7%
Pagamentos Ligados (PLP) (€)	111 465 752,00 €	113 068 938,00 €	114 665 229,00 €	116 369 082,00 €	118 072 935,00 €
Pagamento base (PB) (%)	48,3%	48,3%	48,3%	48,3%	48,3%
Pagamento base (PB) (€)	273 289 128,00 €	277 219 782,00 €	281 133 531,00 €	285 310 998,00 €	289 488 465,00 €
Reserva Nacional (RN) (% do PB)	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
Reserva Nacional (RN) (€)	5 465 782,56 €	5 544 395,64 €	5 622 670,62 €	5 706 219,96 €	5 789 769,30 €
Pagamento base (PB) (€)	267 823 345,44 €	271 675 386,36 €	275 510 860,38 €	279 604 778,04 €	283 698 695,70 €
Pagamento base (PB) (€/ha)	86,78 €	88,03 €	89,27 €	90,60 €	91,93 €
Greening - Pagamento verde (PV) (€/ha)	53,90 €	54,68 €	55,45 €	56,27 €	57,10 €
Pagamento base + Greening (PB+PV) (€/ha)	140,69 €	142,71 €	144,72 €	146,87 €	149,02 €
	Estimativa valores unitários Pagamentos Ligados				
	2015	2016	2017	2018	2019
Vacas Leiteiras	77,41 €	78,52 €	79,63 €	80,82 €	82,00 €
Ovinos e Caprinos	17,94 €	18,19 €	18,45 €	18,73 €	19,00 €
Vacas Aleitantes	113,28 €	114,91 €	116,54 €	118,27 €	120,00 €
Arroz (<=10 ha)	292,65 €	296,86 €	301,05 €	305,53 €	310,00 €
Arroz (>10 ha)	128,39 €	130,24 €	132,07 €	134,04 €	136,00 €
Tomate	226,57 €	229,83 €	233,07 €	236,54 €	240,00 €

Dados nacionais



REGRA BELGA

- Portugal adotou esta regra
- Permite contabilizar nos pagamentos de 2014 os valores recebidos, para além do RPU, das ajudas ligadas que deixam de existir no RPB ou, se existirem, sofrem uma redução do valor

	RPU 2014	Art.º 68 2014	Ovinos e Caprinos 2014	Vacas aleitantes 2014	Total
Dados base	407 152 520,78 €	54 072 692,28 €	25 367 912,90 €	75 732 543,14 €	562 325 669,10 €
Decisão nacional	100%	100%	0%	40%	
	407 152 520,78 €	54 072 692,28 €	0,00 €	30 293 017,26 €	491 518 230,32 €



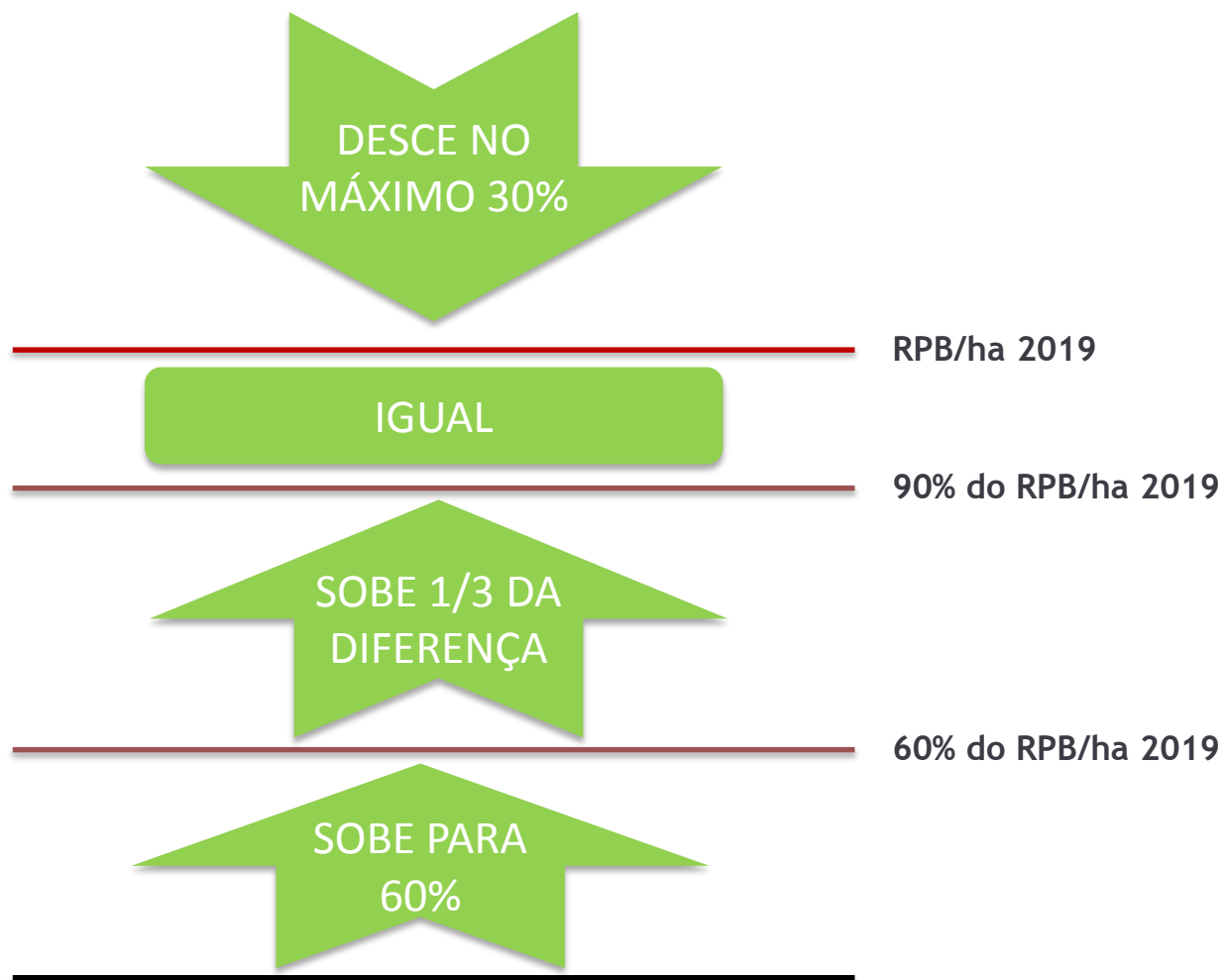
CÁLCULO RPB

- É necessário definir o valor unitário de cada agricultor, tendo em conta a necessidade de usar um coeficiente de ajustamento entre o RPU e o RPB

$$\frac{\text{Limite Máximo RPB 2015}}{\text{RPU Total pago 2014}} \times \frac{\text{RPU pago agricultor 2014}}{\text{N.º de direitos 2015}}$$



CÁLCULO RPB





CÁLCULO GREENING

- Em função do RPB

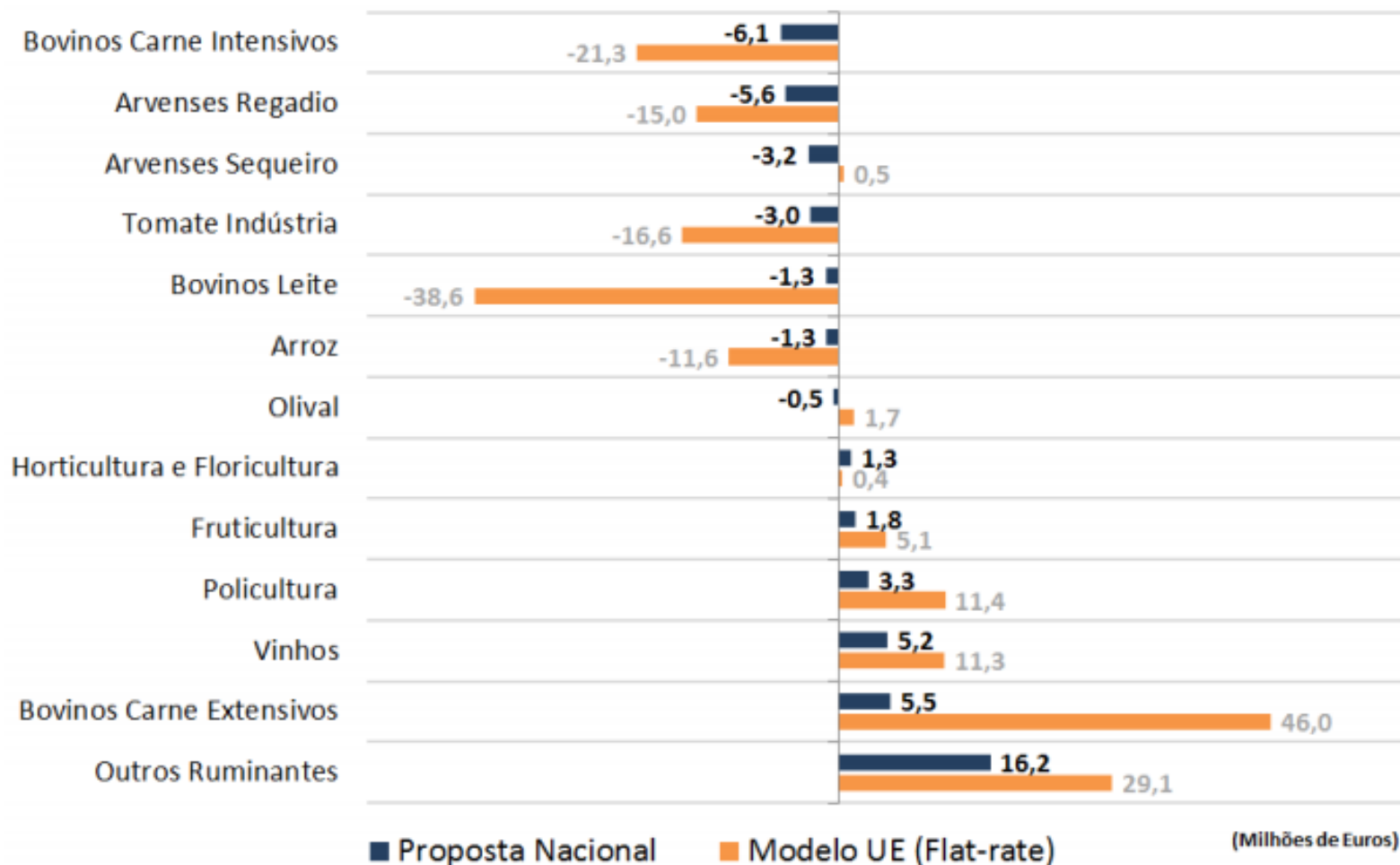
$$\frac{\text{Greening país 2015}}{\text{RPB país 2015}} \times \frac{\text{RPU agricultor 2015}}{\text{N.º de direitos 2015}}$$

↓

63 %



IMPACTOS PREVISTOS





VAMOS SIMULAR O IMPACTO



Microsoft Excel 7-2003 Worksheet

O simulador pode ser descarregado em:

http://www.consulai.com/index.php?option=com_content&view=article&id=217:simulador-de-impacto-dos-pagamentos-diretos-no-periodo-2015-2019&catid=17&Itemid=390&lang=pt

Site da CONSULAI -> Media Center -> Notícias



2.º PILAR





DIAGNÓSTICO

COMPETITIVIDADE DO SETOR AGROFLORESTAL

PRINCIPAL AMEAÇA: DIMINUIÇÃO DO VAB

PRINCIPAL NECESSIDADE:

AUMENTAR A CAPACIDADE DE GERAR VALOR ACRESCENTADO NO SETOR AGROFLORESTAL DE FORMA SUSTENTÁVEL

- AUMENTAR A PRODUÇÃO, A PRODUTIVIDADE DOS FATORES PRIMÁRIOS E A RENTABILIDADE ECONÓMICA DO SETOR AGROFLORESTAL
- DIMINUIR O DÉFICE AGROALIMENTAR

PROMOÇÃO DO
INVESTIMENTO NO SETOR
AGROFLORESTAL

MELHORAR A DISTRIBUIÇÃO DE
VALOR AO LONGO DA CADEIA
ALIMENTAR

DIVERSIFICAR MERCADOS DE
DESTINO

REDUZIR PESO DOS
CONSUMOS INTERMÉDIOS

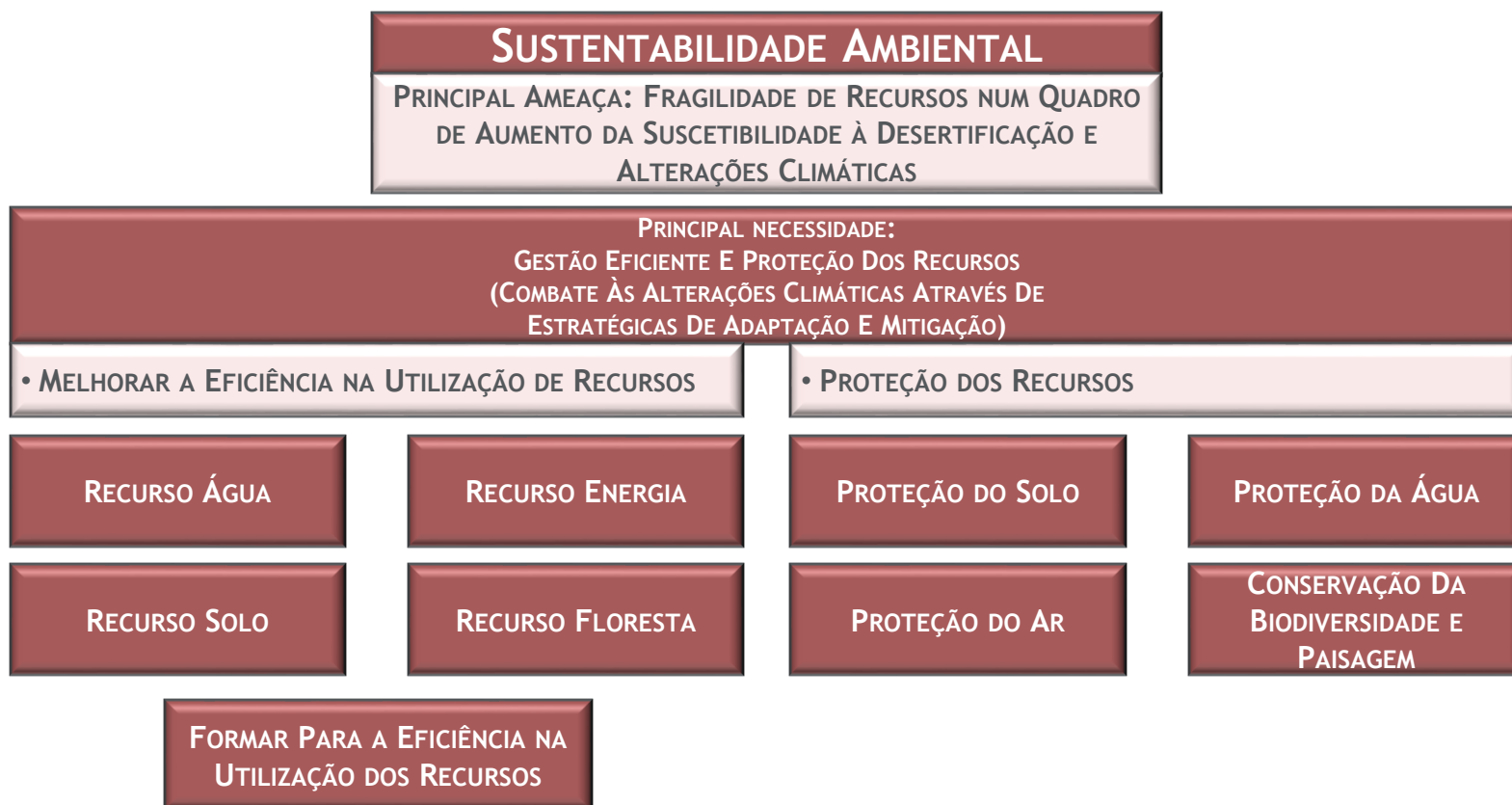
REFORÇO DOS MECANISMOS DE
GESTÃO DO RISCO

RENOVAR O TECIDO AGRÍCOLA

AUMENTAR A PRODUÇÃO DE MATÉRIAS-
PRIMAS DE FORMA SUSTENTÁVEL



DIAGNÓSTICO





DIAGNÓSTICO

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DAS ZONAS RURAIS

PRINCIPAL AMEAÇA: DEBILIDADE ECONÓMICA E SOCIAL DAS ZONAS RURAIS

PRINCIPAL NECESSIDADE:
VIABILIZAR O TECIDO PRODUTIVO E SOCIAL

• VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL

DINAMIZAÇÃO E CRIAÇÃO DE EMPRESAS NAS
ZONAS RURAIS

ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE DA PEQUENA
AGRICULTURA NAS ZONAS RURAIS

AUMENTAR O NÍVEL DE FORMAÇÃO
PROFISSIONAL DAS POPULAÇÕES NAS ZONAS
RURAIS, EM PARTICULAR DA POPULAÇÃO
AGRÍCOLA

ATRAIR POPULAÇÃO, NOMEADAMENTE JOVEM
E QUALIFICADA



DIAGNÓSTICO

**AUMENTO DA CAPACIDADE DE INOVAÇÃO E
DE GERAÇÃO DE CONHECIMENTO NO SETOR
AGRO-FLORESTAL**

**POTENCIAR A RESPOSTA DO SISTEMA
DE I&D ÀS
NECESSIDADES DO SETOR AGRO-
FLORESTAL**

**REFORÇAR AS LIGAÇÕES ENTRE O
SETOR EMPRESARIAL, EM
PARTICULAR AS PME, E AS UNIDADES
DE I&D TECNOLÓGICO
E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO**

**PROMOVER A COOPERAÇÃO E O
TRABALHO EM REDE
ENTRE O SETOR PRODUTIVO, DE
ACONSELHAMENTO
E CIENTÍFICO**

**ENVOLVER MICROEMPRESAS COM RH
QUALIFICADOS NA
DEMONSTRAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE
CONHECIMENTO**



ARQUITETURA

A1. Inovação e conhecimento

M1. Inovação

1.1 Grupos operacionais



M2. Conhecimento

2.1 Capacitação e divulgação

2.2 Aconselhamento



A2. Competitividade e organização da produção

M3. Valorização da produção agrícola

3.1 Jovens agricultores

3.2 Investimento na exploração agrícola

3.3 Investimento transf. e comercialização produtos agrícolas

3.4 Infraestruturas coletivas



M4. Valorização dos recursos florestais

M5. Organização da produção

5.1 Criação AP / OP

5.2 Org. interprofissionais

5.3 Integração empresarial



M6. Gestão risco e rest. potencial produtivo

6.1 Seguros

6.2 Prevenção de riscos e rest. potencial produtivo



A3. Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima

M7. Agricultura e recursos naturais

7.1 Agricultura Biológica

7.2 Produção integrada

7.3 Pagamentos Rede Natura

7.4 Conservação do solo

7.5 Uso eficiente da água

7.6 Culturas permanentes tradicionais

7.7 Pastoreio extensivo

7.8 Recursos genéticos

7.9 Mosaico agroflorestal

7.10 Silvoambientais

7.11 Inv. não-produtivos

7.12 Apoio agro-ambiental à apicultura



M8. Proteção e reabilitação de povoamentos florestais

8.1 Silvicultura sustentável

8.2 Gest. recursos cinegéticos e aquícolas



M9. Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas

A4. Desenvolvimento local

M10. LEADER

10.1 Apoio preparatório

10.2 Implementação das estratégias

- > Pequenos investimentos agrícolas e na transformação e comercialização
- > Diversificação para atividades não agrícolas
- > Renovação de aldeias
- > Cadeias curtas e mercados locais
- > Promoção de produtos de qualidade locais

10.3 Atividades de cooperação dos GAL

10.4 Funcionamento e animação





NOVO PDR

AÇÃO 3.1 Jovens Agricultores

BENEFICIÁRIOS

Apoio aos jovens agricultores que se instalem pela primeira vez numa exploração agrícola e que invistam.

O jovem agricultor deve possuir formação adequada e assumir um compromisso de, no mínimo, 5 anos.

INVESTIMENTO ELEGÍVEL

- Jovens que se instalem pela primeira vez como agricultores com idade superior a 18 anos e igual ou inferior a 40 anos ou pessoas coletivas (neste caso o sócio(s) gerente(s) que detém a maioria do capital deve ter idade superior a 18 anos e igual ou inferior a 40 anos).

TIPO E NÍVEL DE APOIO

- Construção, aquisição, incluindo locação financeira, ou melhoramento de bens imóveis; compra de máquinas e equipamentos novos, incluindo programas informáticos, até ao valor de mercado do bem; custos gerais relacionados com estas despesas e investimentos incorpóreos (introdução de custos forfetários).
- Investimento mínimo de 50.000€ na atividade agrícola.
- O apoio consiste num prémio à instalação no montante máximo de 30.000€.
- Este prémio pode ser acrescido de 10.000€ em cada uma das seguintes situações:
 - Membros de OPs;
 - Projetos apresentados por pessoas coletivas quando se instale mais do que um jovem agricultor.
- Taxa máxima de apoio: 85%, incluindo:
 - Prémio à instalação;
 - Apoio ao investimento na exploração agrícola.
- Acresce ao prémio à primeira instalação uma componente referente a 85% dos custos em compra de terra ou animais até um limite a definir.



NOVO PDR

Investimento na exploração agrícola

Tipologia de apoio

Subsídio não reembolsável até 2 milhões € / beneficiário.

Subsidio reembolsável, num limite de 2 milhões € para a componente de apoio acima de 2 milhões € de subsídio não reembolsável.

Taxa de apoio base

Não pode ultrapassar **50%**, no caso das regiões menos desenvolvidas e **40%** nas outras regiões, do montante de investimento elegível, calculada tendo como base uma **Taxa mínima de 30%**;



NOVO PDR

Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas

Tipologia de apoio

Subsídio não reembolsável: projetos de investimento

- com dimensão superior a 200.000€ e inferior ou igual a 4.000.000 €
- com dimensão superior a 200.000€ quando desenvolvidos em explorações agrícolas em que a matéria prima é maioritariamente proveniente da própria exploração ou por AP/OP.

Limite máx. 2 projetos/beneficiário e 3 milhões € de subsídio não reembolsável e 1 milhão € em **subsídio reembolsável** para a componente dos montantes de apoio que excede esse montante.

Taxa de apoio base

35% (Regiões desfavorecidas) e **25%** (outras regiões)

Majorações de 10% para OP/AP e operações PEI e **20%** para OP/AP em processo de fusão.



PODEMOS SIMULAR O FINANCIAMENTO AO INVESTIMENTO



**Microsoft Excel
97-2003 Worksheet**

O simulador pode ser descarregado em:

http://www.consulai.com/index.php?option=com_content&view=article&id=177:simulador-de-apoios-ao-investimento-pdr-2020&catid=17&Itemid=390&lang=pt

Site da CONSULAI -> Media Center -> Notícias



NOVO PDR

Criação de AP e OP

Tipologia de apoio

Apoio anual e de base forfetária - concedido aos Agrupamentos (AP) ou às Organizações de Produtores (OP) abrangidos pela definição de PME e oficialmente reconhecidos, com base num Plano de Ação, com um carácter temporário correspondente ao período de arranque do AP/OP.

Beneficiários

AP ou OP que respeitem a definição de PME, reconhecidos ao abrigo Legislação Nacional e comunitária em vigor.

Taxa de apoio base

Até 60% do orçamento do plano de ação, **até ao limite de 10% do VPC anual** do AP/OP e no **máximo de 100.000 euros por ano**, durante um período mínimo de 3 e máximo de 5 anos após reconhecimento, sendo degressivo após o primeiro ano.



NOVO PDR

Gestão de risco e restauração do potencial produtivo

Tipologia de apoio

Apoio não reembolsável relativo a comparticipação dos prémios de seguros ou aos custos elegíveis de investimento ou restabelecimento do potencial produtivo.

Taxa de apoio base

65% do montante do prémio de seguro para todas as apólices coletivas, situações de permanência e apólices individuais subscritas por Jovens Agricultores em 1ª instalação no âmbito do PDR 2020;
62% do montante do prémio de seguro nos restantes casos.

Até 80% (AO) ou 100% da despesa elegível (prevenção de calamidades). Fixado por despacho no caso do restabelecimento do potencial produtivo.



NOVO PDR

Uso eficiente da água

Tipologia e nível de apoio

Apoio anual atribuído por hectare de superfície agrícola sob compromisso, regada utilizando sistemas de rega por aspersão, localizada (micro aspersão, gota-a-gota) ou subterrânea, durante o período de compromisso.

Nível de apoio degressivo por escalões de área, diferenciado em função da classe de regante (decrecente de A+ para B), e por grupo de culturas.

Grupos de Cultura	Classe de regante (euros)			Escalões de Área para efeito de modulação do Apoio (ha) ⁽¹⁾		
	B	A	A+	1º esc.	2º esc.	3º esc.
Culturas temporárias de regadio ⁽²⁾	130	165	185	30	60	120
Horticultura e Frutos Frescos ⁽³⁾	150	200	220	5	10	25
Olival e Frutos Secos	130	165	185	10	20	50

(1) Até 1º escalão recebe 100%, até 2º recebe 80%, até 3º recebe 50% e maior que 3º recebe 20%;

(2) Com exceção das culturas que se inserem na classificação "Horticultura";

(3) Inclui horto-industriais.



NOVO PDR

PRODUÇÃO INTEGRADA

Grupos de Cultura			Montantes de Apoio (€/ha)	Escalões de Área para efeito de modulação do Apoio (ha) ⁽⁵⁾		
				1º esc.	2º esc.	3ª esc.
Culturas permanentes	Frutos Frescos de Regadio		526	5	10	25
	Frutos Frescos de Sequeiro		377	5	10	25
	Olival e Frutos Secos	Regadio	234	10	20	50
		Sequeiro	164	20	40	100
	Vinha		225	5	10	25
Arroz			376	30	60	120
Culturas temporárias de Primavera-Verão ⁽¹⁾			175	30	60	120
Culturas temporárias de Outono-Inverno ⁽²⁾			40	30	60	150
Horticultura ⁽³⁾			510	5	10	25
Pastagem permanente ⁽⁴⁾			95	20	40	100

(1) Culturas de Primavera-Verão feitas em regadio, com exceção do arroz e das culturas que se inserem na classificação "Horticultura";

(2) Inclui: as culturas de Outono-Inverno, as culturas de Primavera-Verão efetuadas em sequeiro; todas as culturas forrageiras; as culturas aromáticas, condimentares e medicinais feitas em regime não intensivo;

(3) Para além das culturas horticolas e horto-industriais realizadas ao ar livre e em estufa, inclui ainda as culturas aromáticas, condimentares e medicinais feitas em regime intensivo;

(4) Até 1º escalão recebe 100%, até 2º recebe 80%, até 3º recebe 50% e maior que 3º recebe 20%



NOVO PDR

CONSERVAÇÃO DO SOLO - ENRELVAMENTO DA ENTRELINHA DE CULTURAS PERMANENTES

€ por hectare		Apoio base (€/ha)
Culturas Permanentes	Até 10 ha	105,00
	De 10 até 25 ha	89,00
	De 25 até 50 ha	79,00
	Mais de 50 ha	26,00

NOTAS FINAIS

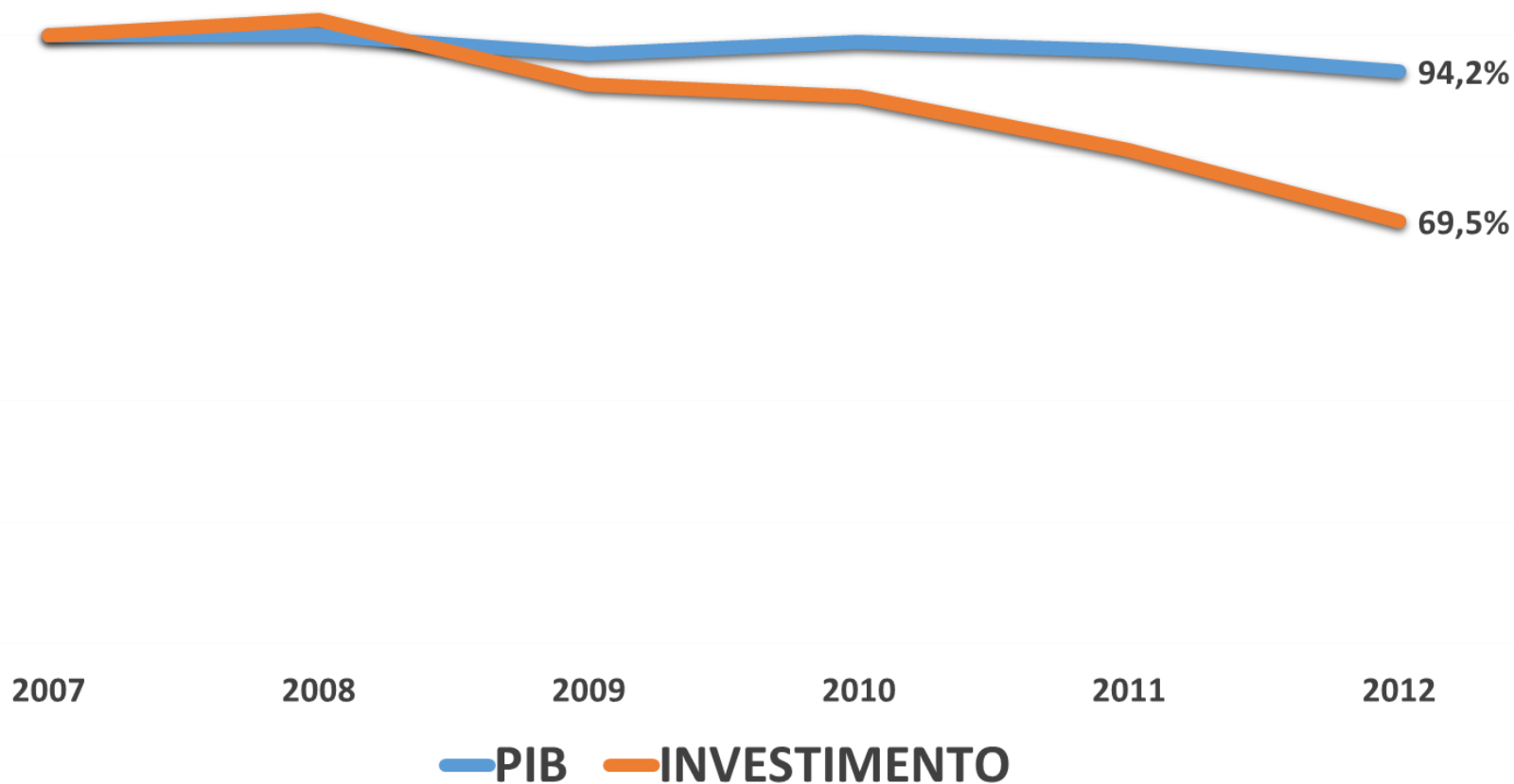






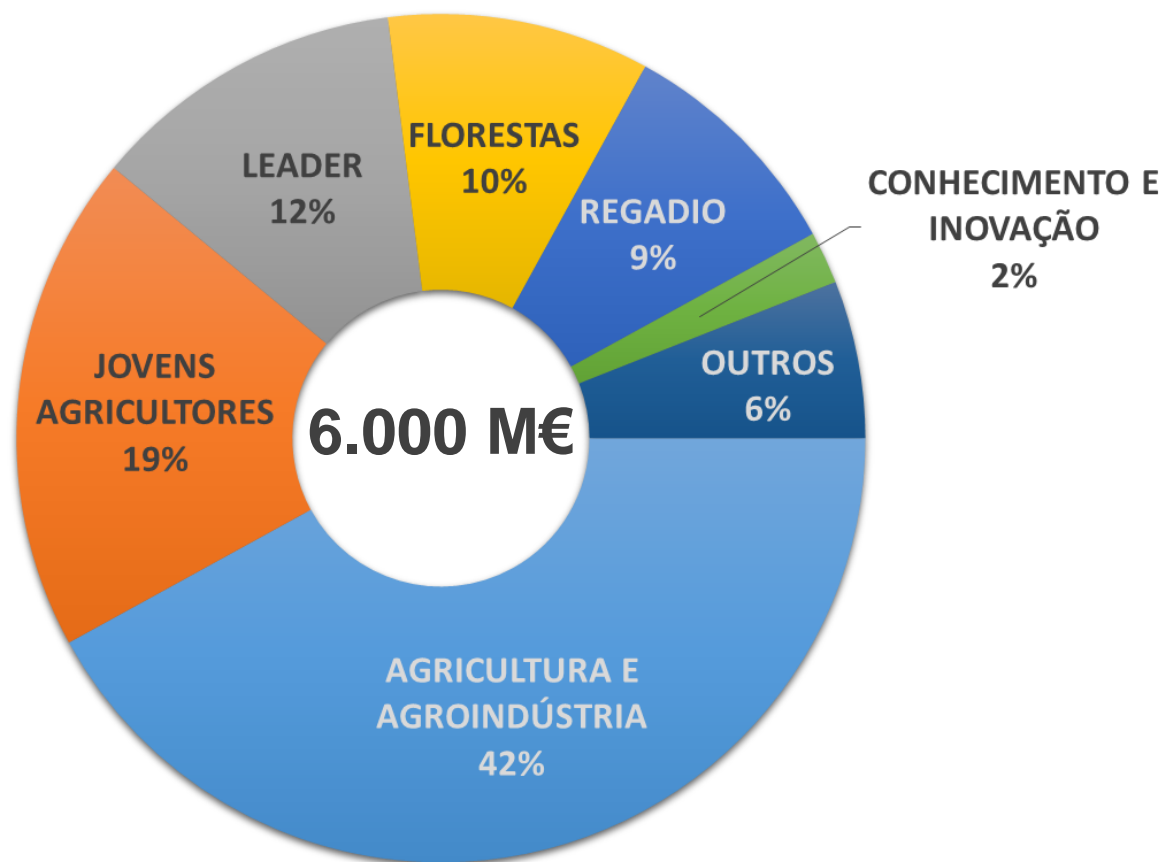
PIB vs INVESTIMENTO EM PORTUGAL

(Fonte: Pordata)



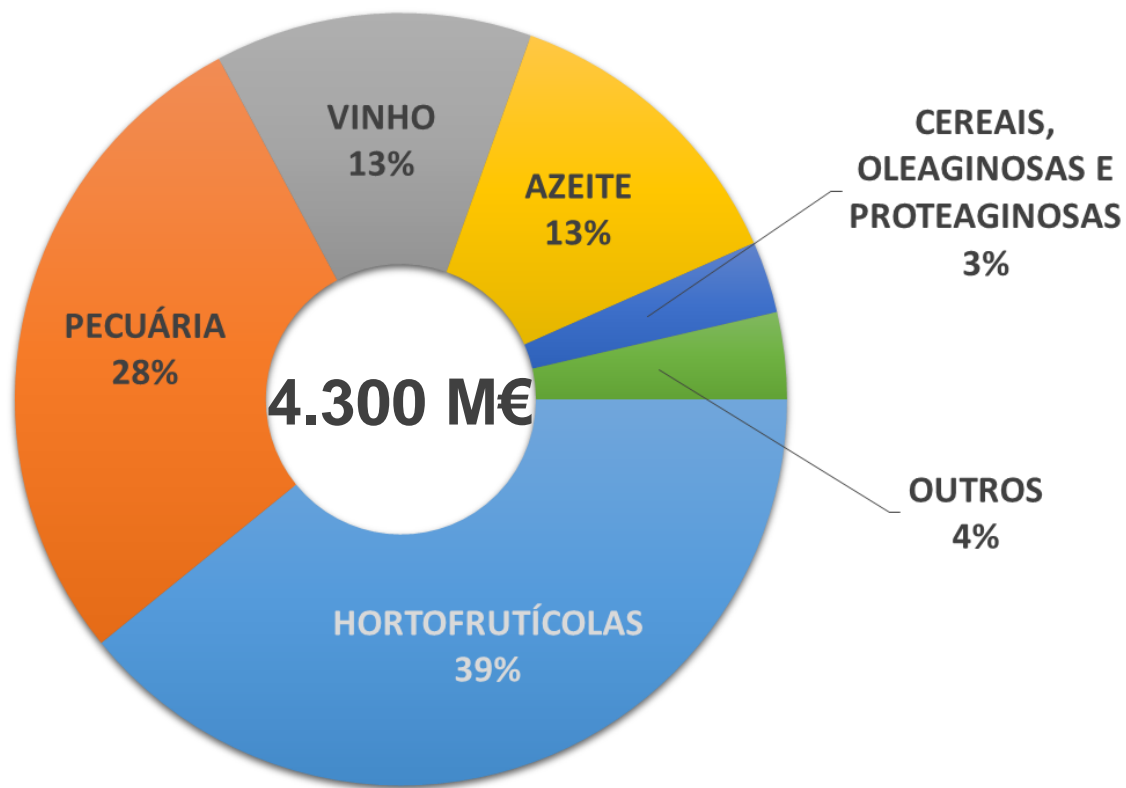


INVESTIMENTO PRODER



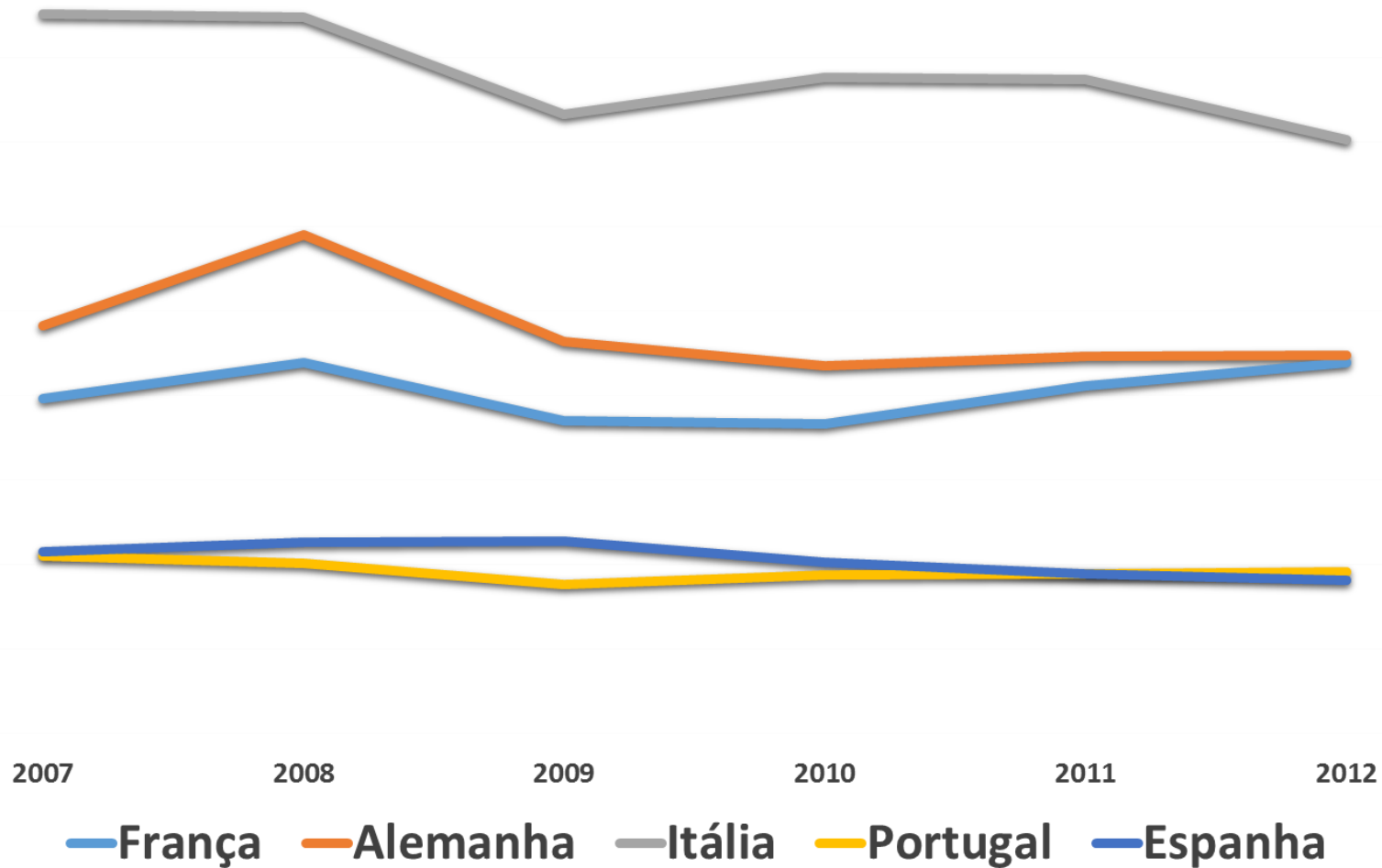


INVESTIMENTO AGRÍCOLA E AGROINDUSTRIAL





INVESTIMENTO POR HA (Fonte: FAO)



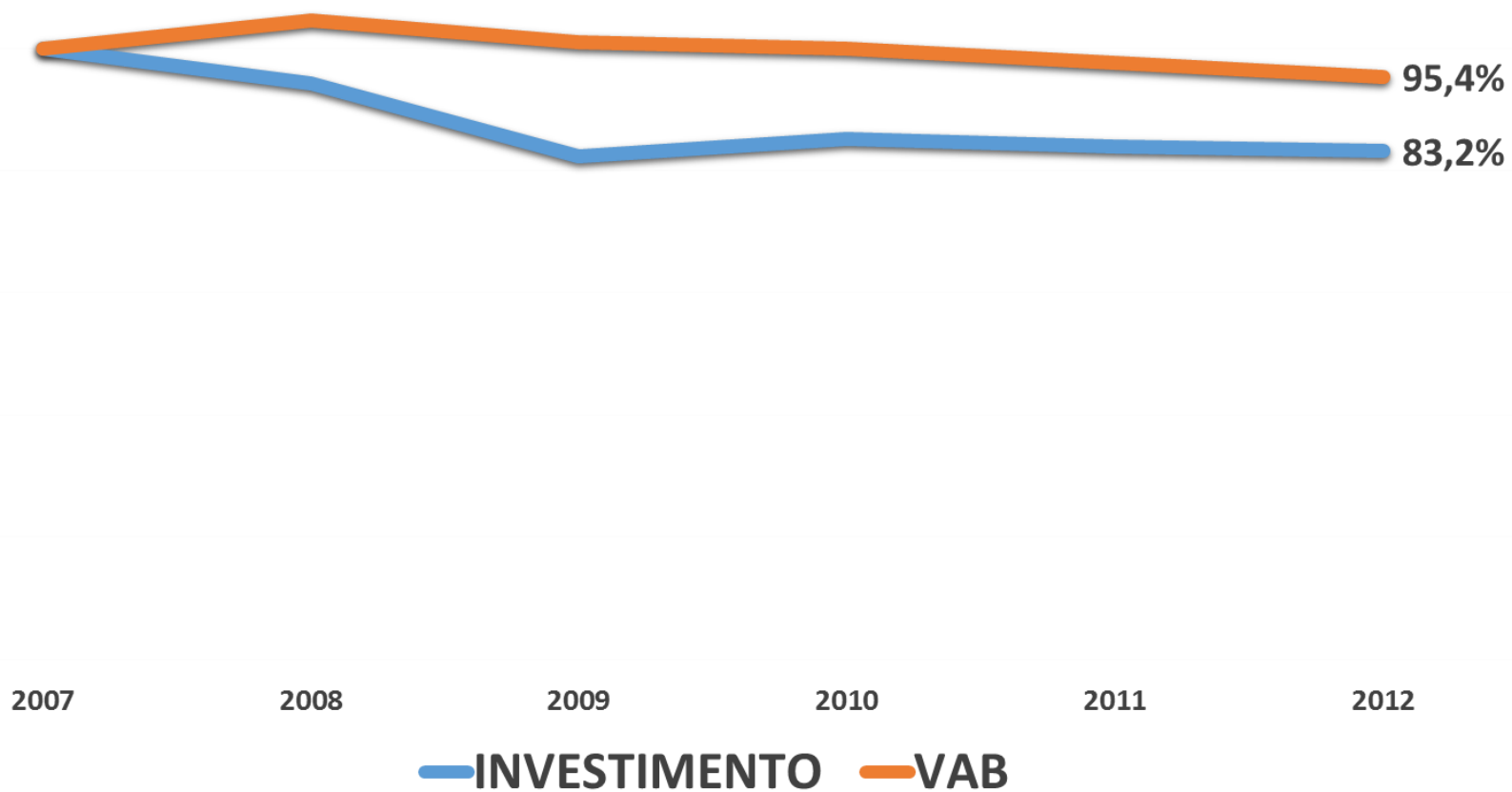


COM QUE RESULTADOS?



INVESTIMENTO vs VAB

(Fonte: INE; Base 100)





**É PRECISO
CRIAR VALOR!**



A OPORTUNIDADE ESTÁ À PORTA!



PDR
2020



PORTUGAL
2020

Obrigado!



Rua da Junqueira, Centro de Congressos de Lisboa, Piso 1 - Sala 4
1300-307 Lisboa · Portugal

T (+351) 213 629 553 F (+351) 213 621 091

E consulai@consulai.com S www.consulai.com

FB www.facebook.com/Consulai



Pedro Santos
psantos@consulai.com

917 969 130